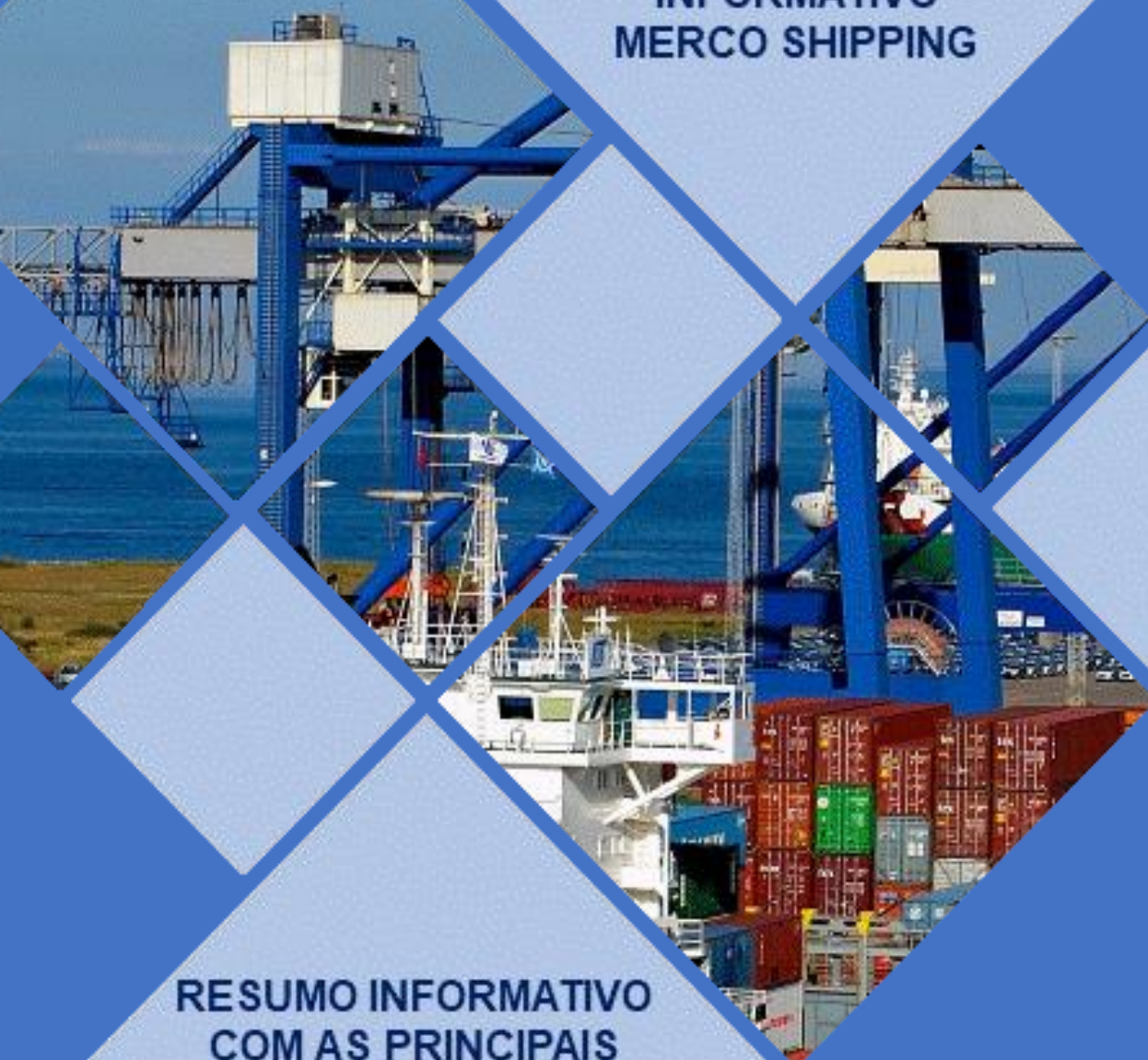


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 197/2023
Data: 04/12/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
EXEMPLO PARA SANTOS, RIO AMPLIA PORTO MARAVILHA	4
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS QUER PPP PARA DRAGAGEM E PREVÊ SERVIÇOS POR ATÉ 30 ANOS	6
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS TROCA MAIS UM DIRETOR.....	7
BRUNO JOSÉ DOS SANTOS É REELEITO PARA PRESIDIR SINDICATO DOS ESTIVADORES DE SANTOS E REGIÃO.....	7
MINISTRO QUER CRIAR NOVOS PORTOS NO BRASIL E BUSCA INVESTIMENTO INTERNACIONAL	8
RECUPERADA ÁREA FLORESTAL DA PORTOS DO PARANÁ	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
HIDROVIAS - ANTAQ RECEBE ESTUDO DE DEMANDA DEFINITIVO PARA FUTURA HIDROVIA BRASIL URUGUAI	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	11
AVIAÇÃO - AEROPORTO DO GALEÃO: PASSAGEIROS PAGARÃO 26% A MENOS NA TARIFA DE EMBARQUE DOMÉSTICO	11
RELAÇÕES EXTERIORES - NOS EMIRADOS ÁRABES, PRESIDENTE LULA E MINISTRO SILVIO COSTA FILHO APRESENTAM PROJETOS PARA AMPLIAR PARCERIAS E INVESTIMENTOS NO BRASIL	12
COP 28 - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: COMITIVA BRASILEIRA VISITA EMPRESAS DO SETOR AÉREO E PORTUÁRIO	13
PORTAL PORTO GENTE.....	14
DEBATER A ANTAQ E REGIONALIZAR OS PORTOS	14
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	15
EDITORIAL – MERCOSUL: PARCERIA ASIÁTICA	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Porto seco 1</i>	16
<i>Porto seco 2</i>	16
<i>Porto seco 3</i>	16
<i>Dragagem 1</i>	16
<i>Dragagem 2</i>	16
<i>Bahia</i>	16
NACIONAL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E APEXBRASIL ASSINAM ACORDO	16
NACIONAL - MARINHA RECEBE NOVAS VIATURAS BLINDADAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA OPERAÇÃO GLO	17
REGIÃO NORDESTE - MAIOR PRODUTORA DE MELÃO DO PAÍS QUER ARRENDAR ÁREA NO PORTO DE NATAL	18
REGIÃO NORDESTE - MACEIÓ: AFUNDAMENTO DA MINA DIMINUI, MAS MOVIMENTAÇÃO DO SOLO AVANÇA.....	19
REGIÃO SUL - PARANÁ FARÁ ESTUDOS EM ALDEIAS INDÍGENAS INCLUÍDAS NO TRAÇADO DA NOVA FERROESTE	20
REGIÃO NORTE - INFRAERO VAI ASSUMIR A GESTÃO DO AEROPORTO DE FLORES, EM MANAUS	21
MERCOSUL - MERCOSUL ESTÁ PRESTES A FECHAR ACORDO COMERCIAL COM SINGAPURA	22
REGIÃO NORTE - APÓS SECA, NAVIO COM CIMENTO CHEGA A MANAUS PARA REABASTECER MERCADO.....	23
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	26
SETOR DA INFRAESTRUTURA APOSTA EM INICIATIVAS DE ESG.....	26
ANTT APRESENTA SEMINÁRIO PARA TRANSFORMAR O FUTURO DO PAGAMENTO DE PEDÁGIOS NO BRASIL.....	27
BRASIL SERÁ POTÊNCIA EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, DIZ PACHECO NA COP 28.....	28
SILVEIRA AFIRMA QUE MERCADO DE BIOCOMBUSTÍVEIS VAI ATRAIR MAIS DE R\$ 200 BILHÕES ATÉ 2037	30
PROJETO SAÚDE NOS PORTOS É REALIZADO NO PORTO DE SALVADOR	30
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS.....	31
SENADO ARTICULA DESONERAÇÃO DO GÁS NATURAL PARA PRODUÇÃO DE NITROGENADOS.....	31
DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA CUSTARÁ R\$ 40 BI ATÉ 2050, CALCULA CNI.....	32
PRIMEIRO PROJETO DE HIDROGÊNIO NO SUAPE DESENCADEIA DISPUTA POR ÁREA.....	33
INVASÃO DA GUIANA TERIA QUE PASSAR PELO BRASIL E DESAGRADARIA A CHINA, DIZ IAN BREMMER	34
JORNAL O GLOBO – RJ.....	35
ACORDO COMERCIAL COM UNIÃO EUROPEIA NÃO SAI ANTES DA REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL, AVALIA GOVERNO DO BRASIL	35
LULA DIZ QUE NÃO IRÁ DESISTIR DE ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA E CHANCELER DA ALEMANHA PROMETE 'ESFORÇOS ADICIONAIS'	37
EMBRAER VENCE DISPUTA PARA FORNECER AVIÕES DE TRANSPORTE MILITAR PARA A COREIA DO SUL. CONHEÇA O C-390 .	39
NOVO NEGÓCIO DE PETROLEIRA ESTRANGEIRA QUE ATUA NO BRASIL DEIXA SETOR APREENSIVO	40



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	40
PROPOSTAS DO GOVERNO PARA MUDAR ARCABOUÇO E ORÇAMENTO ACENDEM LUZ AMARELA NO MERCADO	40
AUDITORES DA RECEITA DEVEM REJEITAR ACORDO E MANTER GREVE, QUE AMEAÇA META FISCAL DE HADDAD.....	44
‘NÃO VAMOS NOS ENVERGONHAR DO NOSSO POTENCIAL EM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS’, DIZ ALEXANDRE SILVEIRA	45
DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO BRASIL CUSTARÁ AO MENOS R\$ 40 BILHÕES ATÉ 2050, MOSTRA ESTUDO DA CNI	48
VALOR ECONÔMICO (SP)	49
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PRORROGA ARRENDAMENTO DE ECOPORTO POR 180 DIAS	49
EDGE JÁ APORTOU US\$ 550 MILHÕES NO BRASIL	50
ARGENTINA FICA COM MENOR FATIA HISTÓRICA DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA EM NOVEMBRO	51
PORTAL PORTOS E NAVIOS	52
MODEC CONTRATA SEATRIUM FABRICAÇÃO DE MÓDULOS TOPSIDE DE FPSO EM ANGRA DOS REIS.....	52
PETROBRAS CONTRATA PXGEO PARA MAIS UM TRABALHO DE PESQUISA NO BRASIL	53
HIDROVIAS DO BRASIL É RECONHECIDA COMO EMPRESA PRÓ-ÉTICA	53
ARTIGO - DESENVOLVIMENTO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE EXIGE LEGISLAÇÃO MODERNA	53
CHEGADA DA PLATAFORMA P-32 MOBILIZA PORTO E ESTALEIRO NO RIO GRANDE.....	55
ARTIGO - PERSPECTIVAS 2024	56
CEOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO PEDEM O FIM DE ENCOMENDAS DE NAVIOS MOVIDOS A COMBUSTÍVEL CONVENCIONAL	58
PORTO DE FORTALEZA REGISTRA OPERAÇÃO COM TODOS OS BERÇOS OCUPADOS.....	58
ANTAQ RECEBE ESTUDO DE DEMANDA DEFINITIVO PARA FUTURA HIDROVIA BRASIL URUGUAI	59
PETROBRAS RECEBE AUTORIZAÇÃO PARA MUDAR ESTATUTO SOCIAL	60
FORESEA OBTÉM REAPROVEITAMENTO DE 100% DOS RESÍDUOS GERADOS EM SUAS ATIVIDADES	60
PORTO DE SUAPE DÁ INÍCIO À ÚLTIMA ETAPA DA DRAGAGEM DO CANAL EXTERNO	61
MULTILOG INAUGURA PORTO SECO EM DIONÍSIO CERQUEIRA (SC).....	62
BRASIL PRODUZIU 4,5 MILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO EM OUTUBRO	62
SISTEMA DE COMÉRCIO DE EMISSÕES DA UE EM 2024 IMPACTARÁ CUSTOS, SINALIZA A MSC	63
AMPOR DEFENDE A IMPLANTAÇÃO DA FERROGÃO	64
WILSON SONS CONQUISTA SELO PRÓ-ÉTICA	65
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	65
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM	65



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EXEMPLO PARA SANTOS, RIO AMPLIA PORTO MARAVILHA

Expansão do incentivo para construções ao redor da área portuária é considerada positiva

Por: **Ted Sartori**



Grande espaço de lazer e gastronomia é previsto no Parque Valongo, que será construído na área dos armazéns 4, 5 e 6 do Porto de Santos Foto: Sílvio Luiz/AT

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro expandiu, no mês passado, para o bairro de São Cristóvão (vizinho à área portuária), os incentivos destinados ao chamado Porto Maravilha, que está revitalizando toda a zona ao redor do cais. O Rio de Janeiro pode ser exemplo para Santos, que busca processo semelhante no Centro Histórico e no Porto.

No Rio, o Porto Maravilha incentiva o adensamento da área com imóveis residenciais, que recebem estímulos fiscais e urbanísticos para a construção de torres de até 36 andares, quando antes eram permitidos apenas 12 andares. O projeto determina, ainda, o incentivo à restauração e reconversão dos diversos imóveis históricos e de valor cultural relevante, o que será feito em São Cristóvão. A integração será impulsionada pela chegada do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) ao bairro.

“Projetos como esse, envolvendo revitalização de área portuária, buscando restaurantes, bares e a ocupação pelas pessoas, têm tudo para dar certo. E essa ampliação demonstra isso”, afirma o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi, que também cita o Porto Futuro, em Belém (Pará), e Puerto Madero, em Buenos Aires, na Argentina. Ele menciona outros exemplos do exterior, todos com algo em comum.

“Com a revitalização do Centro Histórico e da implantação do Parque Valongo, temos esse objetivo de povoar, urbanizar e trazer áreas mais atraentes para que as pessoas. E vem ao encontro de estruturas que acontecem no mundo inteiro”, diz.

Segundo Orlandi, algumas cidades investem em habitação, outras têm uma veia um pouco mais comercial e fazem de forma híbrida. “É comum em todos os locais uma revitalização, um incentivo para que empresas se instalem ali e o turismo é sempre um dos carros-chefes”, emenda.

Habitação e comércio

Orlandi pontua que o Rio de Janeiro realizou outras ações além da revitalização, como ampliar a possibilidade de construção de prédios mais altos em alguns lugares. Algo que teria de ser bem pensado nos casos do Centro Histórico e do Porto de Santos, em razão de outra iniciativa futura.

“Teria que ser feito um estudo mais amplo por conta da implementação do Aeroporto de Guarujá. Você tem uma limitação de altura de prédios e me parece que aqui, na região central, não seria possível”, afirma. “Existem outros incentivos fiscais, com certificados de compensação de obras de construção civil que, eventualmente, poderiam ser utilizados aqui. Podemos pensar em ações como essas, mas me parece que o principal fator é a revitalização histórica, recuperação de áreas degradadas e a disposição direta para áreas com fins turísticos”, ressalta.

O secretário lembra que a habitação no Centro de Santos tem sido foco da Prefeitura, ocupando prédios já existentes, casos do antigo Ambesp, na esquina das Ruas do Comércio e Gonçalves Dias, e na Praça José Bonifácio. “O prefeito tem buscado investimentos e investidores, pessoas dispostas

a trazer a construção civil voltada de fato à moradia na região, o que obviamente traria mais pessoas para cá e, com a ocupação humana, ajudaria a manter a revitalização”, conta.

Com isso, observa Orlandi, o comércio viria à reboque. “Assim, o entorno vai sendo desenvolvido e, em paralelo, tem revitalizado o Centro Histórico e investido na implantação do Parque Valongo para, também, deixar uma estrutura significativa não só para o turismo, mas para a chegada de novos empreendimentos na região central”, afirma.

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS), informa que, assim como no Rio de Janeiro, a concepção do projeto de revitalização da área portuária em Santos é de responsabilidade do município, uma vez que a área foi cedida para a Prefeitura de Santos. “A participação da APS é colaborativa, no sentido de prestar apoio às solicitações da municipalidade”, cita o texto.

O presidente da Câmara de Santos, Carlos Teixeira Filho, o Cacá Teixeira (PSDB), também foi procurado para falar sobre o assunto, mas não se manifestou.

Atrações, transporte e habitação: receita de sucesso

O consultor portuário Ivam Jardim acredita que, embora haja o Programa Alegria Centro, tem de ser trabalhadas duas vertentes para que a iniciativa em Santos seja completa e de sucesso.

“A primeira é a implantação de atrações na região. Nesse ponto, a meu ver, a mudança do Terminal de Passageiros para a região do Valongo e a implantação do Parque Valongo, vão gerar atratividade e movimentação na região. Outro ponto importante é a conectividade, que será atingida quando da conclusão das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)”, explica.

A última etapa, segundo o consultor, é a atração de habitação, que geraria, por consequência, o renascimento do comércio, como também lembrou o secretário Bruno Orlandi. “Valia a Prefeitura de Santos, junto da Câmara Municipal, ser bem agressiva e aplicar isenções de taxas e impostos para que investidores escolham essa região”, sugere.

Jardim pontua que a arrecadação no Centro Histórico é muito menor do que no passado, em razão da fuga de muitas empresas para outros bairros. “Aplicar essas isenções nesse momento é investir no presente para uma arrecadação maior no futuro. Um passo paralelo, para que essa recuperação possa ocorrer, deve ser a de garantir a boa prestação dos serviços públicos na região, em especial na questão de segurança”, completa. (TS)

Semelhanças entre cidades

Consultor portuário e diretor da V2PA Engenharia e Consultoria, Marcos Vendramini aponta similaridades entre as regiões degradadas do Porto do Rio e de Santos, especialmente entre os armazéns 1 e 4, até o corte no Paquetá e pela Rua Amador Bueno, mas com vantagens relacionadas à abrangência e aos custos.

“Seriam cerca de 40 hectares (400 mil metros quadrados, m²) e um custo que estimo na faixa entre R\$ 400 milhões e R\$ 700 milhões, dependendo da profundidade das inver-venções”, afirma. “Estimo que a oferta de algo em torno de 300 mil m² a 500 mil m² de ‘solo-criado’ pela municipalidade poderia ser suficiente para financiar tais investimentos”, emenda.

O solo-criado é uma área adicional que poderia ser construída nos terrenos dentro do perímetro a ser incentivado. “A revitalização pode ser executada em fases, à medida que a municipalidade consegue comercializar os certificados de construção de ‘solo criado’”, sugere.

Vendramini considera fundamental a necessidade de respeito às contrapartidas do Poder Público na execução da revitalização. “Caso contrário, corre-se o risco de o empreendedor não conseguir comercializar o espaço construído pela falta de infraestrutura.

O consultor portuário reforça que o caso carioca de financiamento da revitalização merecia ser estudado pela Prefeitura de Santos. “Até como forma de incrementar a arrecadação, não apenas do

IPTU, que poderia ser reduzido nos bairros com maiores valores, mas do Imposto Sobre Serviços (ISS).

O incentivo à ocupação também é lembrado por Vendramini. “Poderia ter o efeito adicional benéfico de manter na Cidade habitantes que hoje buscam se mudar por razões econômicas”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/12/2023

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS QUER PPP PARA DRAGAGEM E PREVÊ SERVIÇOS POR ATÉ 30 ANOS

Administração do Porto planeja desenvolver modelo de parceria público-privada para manutenção do canal

Por: Bárbara Farias



Dragagem de manutenção é fundamental para manter a profundidade do canal de navegação e possibilitar a entrada de navios no Porto Foto: *Matheus Tagé/AT/Arquivo*

A Autoridade Portuária de Santos (APS) estuda um novo modelo de contrato de dragagem de manutenção do canal de acesso do Porto. A ideia é formalizar uma parceria público-privada (PPP) de longo prazo, de 25 a 30 anos.

“Queremos previsibilidade, economicidade e a prestação deste serviço, que é essencial para o Porto de Santos, com qualidade e continuidade”, diz o presidente da APS, Anderson Pomini.

Atualmente, o canal aquaviário tem 15 metros de profundidade. A manutenção é feita pela empresa holandesa Van Oord, contratada em março de 2022, por 24 meses, no valor de R\$ 371 milhões.

Segundo a APS, a companhia recebeu cerca de R\$ 150 milhões, aproximadamente metade do valor contratual, pois choveu pouco e o volume a ser dragado foi menor. “O valor contratado é estipulado pela dragagem média dos últimos cinco anos e o pagamento se dá pelo volume ente dragado”.

O contrato com a Van Oord vence em março de 2024. Enquanto a APS estuda a modelagem por PPP, quer propor à empresa uma renovação por dois anos, incluindo uma cláusula de distrato. Dessa forma, a Autoridade Portuária poderá rescindir o acordo, sem ônus para ambas as partes, caso o rito do leilão para dragagem de manutenção seja concluído ainda durante a vigência do contrato renovado. A Van Oord poderá concorrer ao certame.

A Reportagem tentou contato com a Van Oord, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Já em relação à dragagem de aprofundamento do canal para 16 metros, a APS informou que a ideia é propor “um contrato específico e não por parceria público-privada”. Para este fim, a estatal já traçou o cronograma.

O anteprojeto, em elaboração, deve ser concluído em 2024. Para 2025 está prevista a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental e, em 2026, a APS espera obter as licenças ambientais necessárias, lançar o edital, contratando a empresa vencedora e iniciar as obras.

A APS já formalizou três contratos acessórios: com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para estudos e projeto executivo para a ampliação do projeto-piloto de proteção costeira implantado na região da Ponta da Praia de Santos; com a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH),

para atualização e complementação de estudo para análise das taxas de assoreamento do canal de navegação do Porto; e com o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), para elaboração do anteprojeto de dragagem de aprofundamento para 16 metros.[TEXTONOVO]

Simultaneamente, a APS quer dar andamento ao estudo de obras e elaboração do anteprojeto para aprofundar o canal aquaviário para 17 metros, com conclusões previstas até 2025.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 02/12/2023

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS TROCA MAIS UM DIRETOR

Eduardo Lustoza deixará Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da APS

Por: Maurício Martins



Eduardo Lustoza deixará diretoria da APS em breve Foto: Silvio Luiz/AT

O Conselho de Administração (Consad) da Autoridade Portuária de Santos (APS) aprovou, nesta sexta-feira (1º), o nome do advogado Gustavo Salvador Pereira para ocupar o cargo de diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da APS a partir do próximo dia 11 de dezembro. Gustavo ocupará a função que vem sendo exercida pelo engenheiro Eduardo Lustoza, desde abril deste ano.

É a segunda mudança na diretoria da Autoridade Portuária desde que o ministro Silvio Costa Filho assumiu o Ministério de Portos e Aeroportos, em setembro, no lugar de Márcio França. A Diretoria de Infraestrutura já havia trocado o titular, saiu Carlos Eduardo Bueno Magano e entrou o engenheiro Orlando Razões.

A advogada Bernadete Bacellar do Carmo Mercier também deixará o comando da Diretoria de Administração e Finanças nos próximos dias. Nomes de alguns substitutos ainda estão em análise.

Outras mudanças poderão ocorrer por determinação do Ministério de Portos e Aeroportos. O presidente Anderson Pomini, porém, deve seguir no comando, conforme já afirmou o ministro Silvio Costa Filho.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 01/12/2023

BRUNO JOSÉ DOS SANTOS É REELEITO PARA PRESIDIR SINDICATO DOS ESTIVADORES DE SANTOS E REGIÃO

A Chapa 2 teve 764 votos e venceu nas 12 urnas do pleito

Por: Ted Sartori



Bruno José dos Santos continua presidente do sindicato até 2026 Foto: Silvio Luiz/AT

Bruno José dos Santos foi reeleito nesta sexta-feira (1º) para o segundo mandato como presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva) no triênio 2024 a 2026.

O líder da Chapa 2 (Transparência e Dignidade por uma Estiva de Verdade) teve 764 votos - venceu nas 12 urnas - dos 1.440 associados que foram à sede da entidade, no

Centro da Cidade, pela manhã e à tarde.

“É o resultado do bom trabalho que foi feito. Pegamos a casa bagunçada e, graças a Deus, conseguimos arrumá-la. Nada mais justo que houvesse esse reconhecimento. A gente tem um grande trabalho pela frente e vamos precisar da ajuda dos estivadores”, afirma Santos. A posse está marcada para 1º de janeiro.

O mandatário reeleito disse que vai seguir o projeto de transparência da gestão. “Vamos tentar colocar mais cadastros para registros, além de abertura de novos cadastros, a manutenção da Lei 12.815 (de 2013, a Lei dos Portos), com a manutenção da nossa exclusividade. Tentar retornar os avulsos aos terminais de contêineres, TUPs (terminais de uso privado) e a outras empresas”, detalha.

Durante a votação, o clima foi de muita festa e brincadeiras na rua Foto: **Silvio Luiz/AT**



Ao lado dos outros candidatos, Bruno também fez questão de pregar a paz logo após o término da apuração. “Todos somos Estiva. Estamos aqui pela amizade e não pela guerra”.

Durante o pleito, o clima foi de muita festa, com direito a cumprimentos, cerveja, churrasco e brincadeiras entre os apoiadores das cinco chapas concorrentes.

A Chapa 5 (Estiva Justa e Unida) ficou com o segundo lugar, com 267 votos. Em sua terceira vez como candidato a presidente da Estiva, Pitica revelou que não concorrerá mais ao cargo. “Não vou mais encher a paciência de vocês em eleição. Já perdi muitas amizades aqui”, comentou.

Com 225 votos, a Chapa 1 (Novos Tempos), liderada por Douglas Berenaldo, ficou em terceiro. A Chapa 3 (Resgate), de Luiz Braga, recebeu 106 votos. Por fim, a Chapa 4 (Sempre Estiva), de Rogério Ruas, teve 43 votos, na última colocação. Foram 20 votos em branco e 15 nulos.

Fonte: **A Tribuna Digital - SP**

Data: **01/12/2023**

MINISTRO QUER CRIAR NOVOS PORTOS NO BRASIL E BUSCA INVESTIMENTO INTERNACIONAL

Durante viagem, Silvio Costa tenta parcerias para ampliar infraestrutura brasileira e aumentar exportações

Por: **ATribuna.com.br**



Governo Federal quer criar, em cinco anos, mais de 30 portos no Brasil para dar maior vazão às exportações. Para isso, pretende aumentar a parceria bilateral com outros países
Foto: **Silvio Luiz/Arquivo AT**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, busca investimentos internacionais para cumprir a meta do Governo Federal de criar, até 2028, mais de 30 novos portos no Brasil. O objetivo é aumentar a parceria bilateral com os países árabes para ampliar o transporte de cabotagem e aperfeiçoar a infraestrutura, dando maior vazão às

exportações da produção brasileira.

Costa Filho está desde a última segunda-feira no continente asiático, integrando a comitiva do presidente Lula (PT) que participa da 28ª Conferência de Mudança do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 28, em Dubai.

Evento

Nesta quinta (30), o ministro participou, junto com o presidente Lula, do Fórum Empresarial Brasil-Catar, em Doha. Em vídeo nas redes sociais, ele disse que Brasil apresentou no evento todas as oportunidades que têm na área de portos e aeroportos, petróleo e gás e investimentos em infraestrutura.

“Para que a gente possa levar investidores estrangeiros do Catar para prover investimentos no Brasil. Não tenho dúvida que nos próximos cinco anos nós teremos um amplo volume de investimentos dos árabes no Brasil, gerando emprego e renda e, sobretudo, estimulando o desenvolvimento do País”.

Um dia antes, ele havia dito que a meta era ampliar a movimentação nos portos. “Todas as parcerias são muito bem-vindas ao País, por isso queremos nos colocar à disposição de todos para compartilhar os projetos e, de maneira objetiva, tentar desburocratizar para trazer esses investimentos ao Brasil”, diz o ministro.



Ministro de Portos e Aeroportos (à direita) participou do Fórum Empresarial Brasil-Catar, em Doha Foto: Divulgação

Participação

Durante seu discurso no seminário empresário Brasil-Arábia Saudita, na quarta-feira, em Riade, que tem por objetivo buscar novos investimentos para o desenvolvimento dos modais de infraestrutura do país, Costa Filho, afirmou que “o Brasil é hoje uma grande janela de oportunidade para novos investimentos estrangeiros”.

De acordo com o ministro, isso se explica por diversos fatores, entre eles: o fortalecimento das instituições brasileiras, a segurança jurídica, a estabilidade econômica, a previsibilidade e um ambiente de negócios favorável.

De acordo com o relatório do Banco Mundial, o Brasil é o segundo país mais procurado por investidores internacionais. “Isso demonstra que temos alta rentabilidade para os investidores, maior do que qualquer investimento na Europa ou no mercado americano. Isso, sem dúvida alguma, é um instrumento que fortalece a possibilidade de novos investimentos”, disse Costa Filho.

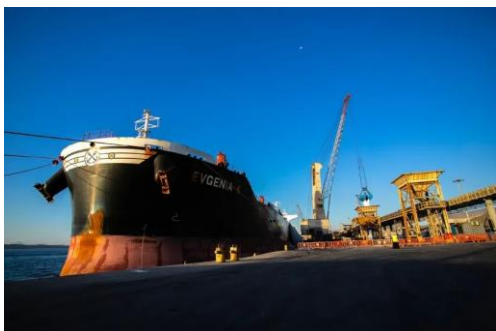
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 01/12/2023

RECUPERADA ÁREA FLORESTAL DA PORTOS DO PARANÁ

Para a ocupação dos 19 hectares, equivalentes a 19 campos de futebol, foram necessárias cerca de 35,5 mil mudas

Por: ATribuna.com.br



Durante 11 meses de ações, a Portos do Paraná já recuperou 190 mil metros quadrados (m²) de área florestal Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

Durante 11 meses de ações, a Portos do Paraná já recuperou 190 mil metros quadrados (m²) de área florestal, em Antonina.

Para a ocupação dos 19 hectares, equivalentes a 19 campos de futebol, foram necessários cerca de 35,5 mil mudas com 112 espécies nativas, árvores frutíferas nativas e não

nativas, exóticas e enxertadas.

As ações fazem parte do Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente Degradadas (Prad), que será apresentado na Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP28), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O diretor de meio ambiente da Portos do Paraná, João Paulo Santana, destacou que o projeto de recuperação florestal busca reduzir o assoreamento (acúmulo de sedimentos) nos rios da região, podendo desenvolver uma maneira de diminuir os gastos com dragagem (manutenção) dos canais de navegação da área portuária no futuro.

“A floresta diminui o assoreamento dos cursos de água, um dos responsáveis por impedir diversas atividades nas comunidades ao longo do curso dos rios”, explicou Santana.

A recuperação florestal é desenvolvida em propriedades agrícolas parceiras, dentro da Área de Proteção Ambiental Permanente de Guaraqueçaba, em Antonina, nas bacias hidrográficas dos rios Pequeno, Cacatu, Faisqueira e Cachoeira.

A Portos do Paraná firmou uma parceria com a Fundación Valenciaport, centro de pesquisa, inovação e formação do setor logístico portuário, com sede no porto de Valência, na Espanha.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 01/12/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

HIDROVIAS - ANTAQ RECEBE ESTUDO DE DEMANDA DEFINITIVO PARA FUTURA HIDROVIA BRASIL URUGUAI

Estudo ajudará a embasar projeto de concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos



Embaixador do Uruguai, Guillermo Valles, entrega estudo ao diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery

Brasília 01/12/2023 - O governo uruguaio entregou ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Eduardo Nery, o Estudo de Demanda definitivo para a implantação de um terminal hidroviário para o embarque de cargas agrícolas na futura hidrovia do Mercosul, que ligará Brasil e Uruguai. A entrega aconteceu na Embaixada do Uruguai, nesta sexta-feira (1º).

O estudo elaborado por entidades privadas uruguaias, trata da instauração do terminal Tacuari, a ser construído às margens do Rio Taquari, na Lagoa Mirim, no Uruguai. Os dados subsidiarão a análise de demanda ao projeto para instalação e concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos.

Trarão também maior segurança jurídica e aumentarão a qualidade do estudo da concessão da hidrovia binacional. Em setembro deste ano, autoridades brasileiras e uruguaias haviam recebido documentos preliminares de demanda do terminal.

Além de contar com a presença diretor-geral da ANTAQ, a cerimônia contou com a participação do embaixador do Uruguai, Guillermo Valles, de representantes de entidades privadas, de representantes do governo Estadual do Rio Grande do Sul (RS) e do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura.

A concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos, também conhecida como hidrovia Brasil-Uruguai, é uma das prioridades da ANTAQ e está prevista no Plano de Geral de Outorgas (PGO) Hidroviário da Agência.

O projeto binacional de transporte hidroviário é constituído por trechos de sete rios e tem extensão total de 1.860 quilômetros. A navegação pelo canal fluvial permitirá o escoamento de cargas pelo Porto de Pelotas, liberando cargas por rotas no Oceano Atlântico.

Dragagem

Durante a cerimônia de entrega, o diretor-geral fez um discurso agradecendo o estudo e ressaltou a importância da união entre entidades privadas, ANTAQ, embaixada, Governo estadual e Federal.

Lembrou ainda que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), importante parceiro responsável por realizar as obras de implementação e dragagem da hidrovia, prevê a entrega do edital do projeto básico e de execução dos serviços até o próximo dia 15 de dezembro.

“Quanto mais apoiadores tivermos para este projeto, melhor. Estamos caminhando, mas não podemos ter um minuto de desatenção. Esse documento é muito importante para fazermos a nossa modelagem e seguir dentro do cronograma. O DNIT tem uma importante entrega para este mês para podermos seguir com essa pauta crucial para os dois países”, disse.

Já o embaixador do Uruguai, Guillermo Valles, ressaltou a importância do alinhamento das políticas públicas binacionais com o setor privado para a concretização da hidrovia que liga os dois países.

“Não há navegação se não houver terminal portuário. Esse estudo embasa ainda mais a necessidade de instalação desta hidrovia. É importante ressaltar ainda que a ANTAQ tem sido uma importante parceira para a concretização deste projeto. Estamos entre parceiros de um projeto fraterno e muito desejado tanto por entes públicos quanto privados”, disse.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 04/12/2023

Publicada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), tarifa passará de R\$ 41,80 para R\$ 30,76



Redução na tarifa de embarque em voos doméstico terá vigência em 1º de janeiro de 2024 - Foto: Divulgação

Apartir de 1º de janeiro de 2024, a tarifa de embarque doméstico no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, terá redução de 26,41%. Na prática, os passageiros que tiverem voo partindo do terminal carioca passarão a pagar R\$ 30,76 ante os R\$ 41,80 atualmente praticados no terminal aeroportuário.

A redução no valor se deu após o término do prazo que

permitiu o aumento temporário das tarifas em junho deste ano, ocorrido em decorrência de reequilíbrio econômico-financeiro por perdas com a covid-19 em 2021, concedido ao aeroporto.

A tarifa de embarque em voo internacional não sofrerá ajustes, e permanecerá em R\$ 54,47 em 2024.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/12/2023

RELAÇÕES EXTERIORES - NOS EMIRADOS ÁRABES, PRESIDENTE LULA E MINISTRO SILVIO COSTA FILHO APRESENTAM PROJETOS PARA AMPLIAR PARCERIAS E INVESTIMENTOS NO BRASIL

A comitiva brasileira teve uma semana intensa de trabalho nos Emirados Árabes Unidos, onde abordou temas essenciais para o crescimento do Brasil



Comitiva brasileira durante a chegada do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Doha - Catar - Foto: Ricardo Stuckert / PR

A convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, integrou a comitiva presidencial que viajou aos países do continente asiático e participou da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), em Dubai. Em uma semana de viagem, passando por Riad, Arábia Saudita;

Doha, Catar; e Dubai e Abu Dhabi, nos Emirados Árabes; Lula e Silvio apresentaram projetos para ampliar parcerias e investimentos para o Brasil.

Ao final, o ministro Silvio destacou que a COP 28 é fundamental porque são todos os principais países do mundo discutindo sobre desenvolvimento econômico sustentável. “É importante dizer que pensando na agenda do desenvolvimento do Brasil, nós teremos nesses próximos anos um papel central na economia mundial. O Brasil vai assumir a presidência do G20, assumir a presidência do Mercosul, a presidência do BRICS e vai realizar a COP 2030 no Brasil no Estado do Pará”.

No continente asiático, a comitiva presidencial realizou encontros bilaterais em Riade, Arábia Saudita, e em Doha, no Catar. Confira os principais eventos da semana:

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-ARÁBIA SAUDITA

Em Riade, durante o Seminário Empresarial Brasil-Arábia Saudita, Silvio Costa Filho destacou o Brasil como uma grande oportunidade para investimentos estrangeiros. O ministro enfatizou fatores como o fortalecimento das instituições brasileiras, segurança jurídica, estabilidade econômica, previsibilidade e um ambiente de negócios favorável.

TRANSPORTE, ENERGIA E INVESTIMENTOS

A delegação brasileira, composta por Silvio Costa Filho, Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia), reuniu-se com o ministro dos Transportes, Saleh Al-Jasser, para discutir um plano estratégico para o Brasil, visando estreitar relações e ampliar o diálogo.

FÓRUM ECONÔMICO BRASIL-CATAR

Acompanhando o presidente Lula, a comitiva participou da abertura do 'Fórum Econômico Brasil-Catar Oportunidades de Negócios'. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, destacou o cenário positivo da economia brasileira, prevendo crescimento do PIB em 3% e a geração de 2 milhões de novos postos de trabalho.

INVESTIMENTOS E DEFESA

Silvio Costa reuniu-se com representantes do Fundo de Investimentos da Arábia Saudita e o governador do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Stehen Groff, em busca de investimentos nos setores de portos e aeroportos. Além disso, a comitiva discutiu o fortalecimento do setor portuário em encontro com a empresa dinamarquesa Maersk. Como resultado da missão à Arábia Saudita, a Embraer assinou três acordos de cooperação, abrangendo aviação civil, defesa e segurança, e mobilidade aérea urbana, abrindo novas oportunidades de investimento e fortalecendo parcerias.

ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

Costa Filho visitou a Enauta, empresa brasileira construindo um FPSO, o maior navio flutuante de empresa independente de produção de petróleo, buscando soluções de investimento e modernização portuária. Houve também reunião com representantes da Etihad Airways, uma das principais empresas de transporte aéreo dos Emirados Árabes Unidos para ampliar o número de voos entre Brasil e os Emirados. A comitiva encontrou-se com a DP World, empresa de logística e administração portuária, discutindo novos projetos para impulsionar o setor, responsável por 95% da movimentação do PIB brasileiro.

SETOR INDUSTRIAL E NOVO PAC

O Novo PAC foi tema do seminário da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Ministro de Portos reforçou o compromisso do Governo Federal em investir R\$ 1,7 trilhão nos próximos anos para acelerar o crescimento econômico, gerar emprego e renda, e reduzir desigualdades sociais e regionais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/12/2023

COP 28 - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: COMITIVA BRASILEIRA VISITA EMPRESAS DO SETOR AÉREO E PORTUÁRIO

O objetivo é abrir o diálogo com empresas do setor buscar soluções de investimentos e modernização para o Brasil



Comitiva brasileira durante visita ao Porto Dubai Drydocks - Foto: Divulgação

Nesta sexta-feira (1º), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, integrante da comitiva presidencial brasileira na COP 28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, realizou uma visita técnica a uma empresa brasileira que está construindo um FPSO, o maior navio flutuante de empresa independente de produção de petróleo. A intenção é trocar experiências e buscar soluções de investimentos e modernização do setor portuário. A previsão é que o navio chegue ao Brasil no primeiro trimestre de 2024. Ao lado dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, as autoridades brasileiras também aproveitaram para conhecer o Porto Dubai Drydocks.

Diálogo com empresas aéreas

Mais tarde, em Abu Dhabi, Costa Filho se reuniu com representante da principal empresa de transporte aéreo dos Emirados Árabes Unidos com o objetivo de ampliar o número de voos entre o Brasil e o país Árabe. Durante o encontro, o ministro ressaltou que o diálogo com investidores estrangeiros é importante para a expandir o modal aéreo no país e o turismo internacional.

"A agenda internacional do presidente Lula tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico do país. A gente tem conversado com algumas empresas estrangeiras sobre a infraestrutura aeroportuária e portuária e todas já sinalizaram que o Brasil passou a ser uma janela de

oportunidade. Vamos levar ao nosso país as melhores experiências nos modais de transportes e os melhores operadores", destacou o ministro.

O titular do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) também ressaltou que o governo tem se comprometido a trazer novas oportunidades ao país e ampliar a infraestrutura de portos, aeroportos e hidrovias. "Nos estamos trabalhando dia e noite ao lado do presidente Lula para levar investimentos e ações que possam desenvolver o nosso país, mas, sobretudo, gerar emprego e renda aos brasileiros", concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/12/2023

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

DEBATER A ANTAQ E REGIONALIZAR OS PORTOS

Editor Portogente

O transporte de cargas enriquece a vida dos que mandam e dos que recebem.

Regionalização dos portos, em especial do Porto de Santos (SP), é uma proposta que teve ênfase no programa de campanha e durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas não saiu do papel. Entretanto, como consequência das novas tecnologias, da integração logística e aumento do porte dos navios, as infraestruturas portuárias evoluem e exigem processos eficazes. Operacionalmente, ocorre demanda de novos padrões de distribuição de mercadorias e novos papéis dos portos.



Veja mais * Condomínios logísticos e a reindustrialização

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115695-condominios-logisticos-e-a-reindustrializacao>

Debater o papel da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com foco na regionalização dos portos e levando em conta os mecanismos previstos em lei, possibilita a percepção de uma nova forma mais alinhada com os interesses da comunidade do porto e do comércio marítimo. Valorizar e dar maior relevância à competência do Conselho de Autoridade Portuária

(CAP) deliberativo e com participação dos quatro blocos representativos (governo, operadores, trabalhadores e usuários do porto). Modelo mais ágil e de maior crescimento econômico.

Veja ainda * Antaq desregulada

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/100248-antaq-desregulada>

É no mínimo incomum um modelo de gestão portuária há muito reivindicado e debatido ser desconsiderado em desfavor da produtividade portuária. O que se assiste hoje com o gigantismo da Antaq é uma agência capturada pelo governo, como extensão do poder executivo e cujo papel precisa passar pelo crivo dos mecanismos previstos em lei, para permitir uma avaliação objetiva do seu funcionamento.

Veja também * Engenheiro da Prefeitura de Santos pede mudança de usos e costumes nos portos

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/97641-engenheiro-da-prefeitura-de-santos-pede-mudanca-de-usos-e-costumes-nos-portos>



A regionalização dos portos, consagrada nos mais produtivos portos europeus, deve ser um debate intenso e uma reflexão consequente dos portos brasileiros. Um movimento fundamentado em dados robustos e significativos, no sentido de promover portos com Autoridades Portuárias locais efetivas. As cidades portuárias têm papel destacado nesse debate, com visão porto-cidade, bem como perspectiva de expansão da área de influência e ampliação da hinterlândia.

Veja mais * Antaq e o Porto Verde

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115147-antaq-e-o-porto-verde>

Regionalizar os portos brasileiros é uma bandeira de todas as cidades portuárias; um desejo nacional. É também oportunidade de um governo novo repensar o papel oneroso da Antaq, junto às empresas reguladas que atuam com responsabilidade em questões sobre as quais não pairam dúvidas. Isto está cristalizado na sociedade, nas leis e etc., no novo tempo informacional.

Veja mais * O assassinato de memórias do Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115703-o-assassinato-de-memorias-do-porto-de-santos>

É tempo de debater a inovação da gestão dos portos brasileiros. Assim, abordar a função eficaz da Antaq, no papel de organização de um sistema de regulamentação e fiscalização dos setores desestatizados e sob gestão da iniciativa privada. Regionalizar a administração dos portos brasileiros, de forma que a regionalização potencialize a produtividade portuária além do perímetro tradicional do porto.

Veja ainda * Portos de Santos e do Maranhão disputam hinterlândias

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115685-portos-de-santos-e-do-maranhao-disputam-hinterlandias>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/12/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – MERCOSUL: PARCERIA ASIÁTICA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O iminente acordo entre o Mercosul e Singapura, a ser assinado durante a 63ª cúpula do bloco, marca um significativo passo na inserção internacional do Mercosul. Esta seria a primeira parceria do bloco sul-americano com um país fora da região em 12 anos, sinalizando uma retomada vigorosa na busca por laços comerciais além das fronteiras continentais.

Singapura, como o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, representa uma oportunidade estratégica para fortalecer as relações econômicas. O intenso fluxo comercial, destacado por um considerável superávit nas exportações brasileiras para Singapura em 2022, ilustra a vitalidade e a resiliência do Mercosul.

O acordo mostra uma busca por um maior dinamismo por parte do bloco, que vem superando desafios e dificuldades ao longo do tempo. O compromisso de ampliar o escopo de acordos internacionais é um indicador da determinação do Mercosul em se adaptar aos cenários globais em constante evolução.

A importância estratégica de Singapura vai além do comércio, visto que o país também abriga consideráveis investimentos brasileiros. A diversificação de parcerias comerciais, além de fortalecer a posição do Brasil na Ásia, contribui para a estabilidade econômica e para o aumento da confiança dos investidores internacionais.



Este acordo serve como um catalisador para a vitalidade contínua do Mercosul, marcando um ponto de virada significativo. Em um contexto global cada vez mais interconectado, a celebração de acordos internacionais é fundamental para impulsionar o comércio exterior brasileiro, fomentando oportunidades, estimulando o crescimento econômico e consolidando o papel do Brasil no cenário global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/12/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PORTO SECO 1

A Multilog irá inaugurar seu novo porto seco, na cidade de Dionísio Cerqueira (SC), nas proximidades com a fronteira com a Argentina, na próxima quinta-feira, dia 7. O projeto, que recebeu investimentos de R\$ 50 milhões e ocupa uma área de 175 mil metros quadrados, vai impulsionar as atividades da empresa no comércio exterior do Brasil com os demais países do Mercosul.

PORTO SECO 2

De acordo com a Multilog, o porto seco, quando totalmente implantado, terá 600 vagas de estacionamento para caminhões e um bolsão com capacidade para receber mais 100 veículos. A unidade conta com um armazém com 2 mil metros quadrados, com uma câmara fria com 128 metros quadrados e três docas. Ainda tem um pátio para cargas perigosas, dois gates de entrada, com balanças bidirecionais, e dois de saída.

PORTO SECO 3

Segundo o presidente da Multilog, Djalma Vilela, “a nova unidade irá fortalecer de maneira relevante a economia local e o comércio exterior no Mercosul”.

DRAGAGEM 1

A segunda etapa da dragagem de manutenção do canal de acesso ao Porto de Rio Grande (RS) deve começar nos próximos dias. Os trabalhos serão realizados pela draga Utrecht, da companhia Van Oord Serviços de Operações Marítimas, que venceu a licitação para realizar o empreendimento de infraestrutura. O projeto prevê a retirada de 2,7 milhões de metros cúbicos de sedimentos.

DRAGAGEM 2

Segundo a Portos RS, a autoridade portuária de Rio Grande, a dragagem do complexo marítimo terá um custo de R\$ 94,5 milhões, englobando a manutenção das profundidades dos canais de navegação externo, interno e do Porto Novo.

BAHIA

O Terminal Portuário Cotegipe, terminal de uso privado (TUP) localizado em Salvador (BA), teve suas operações autorizadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor. A medida consta do termo de liberação de operação publicado na edição desta segunda-feira, dia 4, no Diário Oficial da União. A unidade irá movimentar granel sólido, carga geral e cargas containerizadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/12/2023

NACIONAL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E APEXBRASIL ASSINAM ACORDO

Objetivo é propor diretrizes de ação, alinhar processos e atribuir responsabilidades para a execução das iniciativas

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



O Acordo de Cooperação Técnica foi assinado no último dia 24 pelo presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, e o secretário executivo adjunto do Mapa, Cléber Soares Crédito: Divulgação/Mapa

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) assinaram no último dia 24 um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que estabelece parceria entre as instituições. O objetivo é propor diretrizes de ação, alinhar processos e atribuir responsabilidades para a execução das iniciativas que vão beneficiar a competitividade do setor agropecuário brasileiro.

A ação, segundo o Mapa, visa incentivar empresas brasileiras da cadeia do agronegócio que tenham interesse em iniciar o processo de exportação, ampliar suas vendas ou atrair investimento direto estrangeiro, bem como empresas estrangeiras que desejam investir no Brasil. O secretário executivo adjunto, Cleber Soares, ressaltou que o acordo surge em um momento em que o mundo enfrenta três grandes desafios: segurança alimentar, segurança climática e segurança energética.

Jorge Viana, presidente da ApexBrasil, comentou sobre a longa história de parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Apex em eventos de promoção comercial, abrangendo feiras internacionais, rodadas de negócios, missões empresariais e seminários. A assinatura do acordo ocorreu durante o 1º Encontro Nacional do Agro e o 5º Encontro Nacional dos Adidos Agrícolas, que tem como objetivo discutir questões técnicas relacionadas a barreiras comerciais, acesso a mercados, promoção comercial, sustentabilidade, imagem e oportunidades para o agronegócio. O evento se estenderá até o dia 28 de novembro.

O Acordo de Cooperação terá uma vigência de dois anos a partir da publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante aditivo. O ACT será executado por meio de um Plano de Trabalho baseado em três eixos de ação: promoção comercial e imagem; atração de investimentos; e inteligência comercial.

Conforme o ACT, as instituições unirão esforços para alinhar e convergir iniciativas de promoção comercial internacional e atração de investimentos diretos estrangeiros, buscando otimização de recursos, ganhos de escala e melhoria da qualificação das empresas do setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/12/2023

NACIONAL - MARINHA RECEBE NOVAS VIATURAS BLINDADAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA OPERAÇÃO GLO

Os quatro JTLVs fazem parte de acordo da corporação com o governo dos Estados Unidos

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



De acordo com a Marinha, as quatro viaturas JTLV ficarão no Batalhão de Blindados do Corpo de Fuzileiros Navais, localizado no município de Duque de Caxias, no estado do Rio Fotos: Divulgação/Marinha do Brasil

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil recebeu quatro novas viaturas blindadas JTLV (Joint Light Tactical Vehicle). De acordo com a corporação, os novos blindados serão utilizados na operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que está em andamento desde o início de

novembro nos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí (RJ) e Santos (SP).

Segundo a Marinha, os quatro veículos desembarcaram no Porto do Rio de Janeiro e foram imediatamente enviados para o Centro de Intendência da Marinha, no bairro Parada de Lucas, onde passaram por testes e avaliações operacionais.

Além disso, os JTLVs receberam pintura camuflada, no mesmo molde das outras quatro viaturas blindadas que foram recebidas pela Marinha no primeiro semestre de 2023, que já se encontram em operação nas regiões portuárias do estado.

Até o fim de 2024, são esperados a chegada de mais quatro JTLVs vindos dos Estados Unidos, uma vez que o contrato da Marinha do Brasil com o governo norte-americano prevê a aquisição de 12 unidades blindadas.

De acordo com a Marinha, todas essas viaturas ficarão no Batalhão de Blindados do Corpo de Fuzileiros Navais, organização militar subordinada à Força de Fuzileiros da Esquadra, localizada no município de Duque de Caxias (RJ).

Características

O blindado pode ser equipado com metralhadoras .50 e lançador de granadas. Além da GLO, ele pode ser utilizado em missões de paz, de assistência humanitária e de apoio à Defesa Civil. O JLTV foi desenvolvido a partir de demandas das Forças Armadas dos Estados Unidos para conflitos em cidades do Iraque e do Afeganistão. Foi desenhado para combinar a relativa agilidade de um "Hummer" com a blindagem antiexplosivos de um tanque leve.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/12/2023

REGIÃO NORDESTE - MAIOR PRODUTORA DE MELÃO DO PAÍS QUER ARRENDAR ÁREA NO PORTO DE NATAL

Projeto da Agrícola Famosa visa ampliar estrutura de exportação de frutas produzidas em Mossoró
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A Agrícola Famosa pretende arrendar uma área de 4 mil metros quadrados no Porto de Natal e construir um terminal frigorífico, ampliando o transporte de melões, manga e uva
Crédito: Divulgação

A Agrícola Famosa, maior produtora de melão do mundo, quer arrendar um dos berços do Porto de Natal (RN). O investimento seria feito em parceria com a empresa Greensea, com o objetivo de ampliar a estrutura de exportação das frutas

produzidas em Mossoró (RN).

Para dar andamento à ideia, representantes das duas companhias entregaram um ofício pedindo a permissão de uso à Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), responsável pela gestão do porto, e à governadora do estado, Fátima Bezerra, no dia 23 de novembro, durante um evento no Terminal Marítimo de Passageiros de Natal. Agora, o processo passará por etapas que devem ser finalizadas em até 18 meses.

Para a governadora, o pedido de arrendamento fortalece a atividade da fruticultura potiguar, a mais expressiva no estado. "É fundamental ressaltar a parceria estratégica entre a Agrícola Famosa e a Greensea. Essa colaboração desempenha um papel crucial ao oferecer suporte logístico a um setor econômico de grande destaque no Rio Grande do Norte: a fruticultura", declarou Fátima.



A proposta da Agrícola Famosa é arrendar uma área de 4 mil metros quadrados no Porto de Natal e construir um terminal frigorífico, ampliando o transporte de melões e também de manga e uva. O trabalho de logística seria feito pela empresa Greensea, que desde agosto já atua no transporte de frutas pelo Porto de Natal. “A gente quer transformar Natal, realmente, num porto fruteiro”, declarou o CEO da Agrícola Famosa, Carlo Porro.

Fátima Bezerra garantiu que segue dialogando com o Ministério dos Portos e Aeroportos para fortalecer o Terminal Portuário de Natal, inclusive com a realização de uma dragagem, já que a última vez que este trabalho foi feito foi em 2012. O objetivo é deixar o canal aquaviário do porto com 12 metros de profundidade – atualmente em 10 m.

O diretor-presidente da Codern, Nino Ubarana, disse que este é o segundo pedido de arrendamento feito à instituição este ano – o primeiro veio pela mineradora Fomento do Brasil, que também planeja arrendar um berço para exportar minério de ferro.

Nino explicou que as etapas para os processos de arrendamento começam com o envio da carta de intenções, como o realizado no último dia 23. Em seguida, a carta é encaminhada à Secretaria Nacional de Portos, para permitir a continuidade do processo. Após isso, a empresa interessada deve realizar um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTA), definindo o local ideal para a instalação do empreendimento. Esta etapa leva entre 120 a 180 dias. No total, todo o processo deve ser concluído em um ano e meio.

Aumento de capacidade

Hoje, a Agrícola Famosa opera em Natal um navio por semana com capacidade para transportar 2.500 toneladas. Se o arrendamento for feito, a ideia é operar com navios que operem 3.500 toneladas e aumentar a quantidade de quatro para cinco embarcações por mês.

“A nossa intenção é trazer navios maiores e carregar não só a Agrícola Famosa, mas outros produtores que também estão precisando de um serviço express, tanto na saída, como na chegada, já que os produtores vêm enfrentando problemas logísticos nos últimos anos”, disse Carlo Porro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/12/2023

REGIÃO NORDESTE - MACEIÓ: AFUNDAMENTO DA MINA DIMINUI, MAS MOVIMENTAÇÃO DO SOLO AVANÇA

Defesa Civil da capital alagoana aponta que o deslocamento segue a uma taxa de 0,7 cm por hora
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Os registros da Defesa Civil de Maceió (AL) apontam para uma redução no ritmo de afundamento da mina de extração de sal-gema número 18, pertencente à Braskem, localizada no bairro Mutange. Apesar dessa diminuição, os dados divulgados no domingo (3) indicam que a movimentação do solo persiste a uma taxa de 0,7 cm por hora.

No decorrer das últimas 24 horas, o afundamento atingiu a marca de 10,8 cm. Desde a última terça-feira (28), a mina 18 acumula um total de 1,69 m de afundamento. Não foram registrados novos abalos sísmicos na mina, embora dois tremores tenham sido detectados na sexta-feira e no sábado, com magnitudes de 0,39 e 0,89, respectivamente, ambos a uma profundidade de 300 m.

A recomendação da Defesa Civil permanece a mesma, orientando a população a evitar transitar na área desocupada da capital. Desde 2019, cerca de 60 mil pessoas tiveram que abandonar suas residências devido aos riscos associados aos tremores de terra, que resultaram em rachaduras nos imóveis da região. Segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), a exploração de 35 minas de sal-gema pela Braskem foi responsável por deixar milhares de pessoas desabrigadas, transformando bairros antes movimentados em áreas praticamente desertas.

Risco de desabamento

Uma decisão judicial determinou a retirada de 23 famílias que ainda resistiam ao despejo no bairro do Pinheiro. De acordo com a Defesa Civil, a área da mina número 18 apresenta risco iminente de desabamento, com potencial para criar uma cratera maior que o estádio do Maracanã.

Desde a última quarta-feira (29), os moradores que permanecem em áreas ainda não evacuadas estão em estado de alerta. A Braskem, empresa responsável pela operação da mina, informou que há a possibilidade tanto de um grande desabamento quanto de estabilização e cessação do afundamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/12/2023

REGIÃO SUL - PARANÁ FARÁ ESTUDOS EM ALDEIAS INDÍGENAS INCLUÍDAS NO TRAÇADO DA NOVA FERROESTE

Dezoito comunidades indicadas pela Funai foram incluídas nos estudos para mensurar os impactos do empreendimento

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Entrevistas e oficinas com os moradores vão auxiliar e fornecer subsídios para avaliar os impactos positivos e negativos da instalação e operação da Nova Ferroeste
Crédito: Divulgação

O Governo do Paraná anunciou que 18 aldeias indígenas, em quatro municípios do traçado proposto para a Nova Ferroeste, foram incluídas nos estudos para mensurar os impactos do empreendimento proposto pelo estado. A malha ferroviária prevê a ampliação e modernização da atual Ferroeste, entre Cascavel e Guarapuava. O novo desenho vai ligar

Maracaju (MS) a Paranaguá, no litoral do Paraná, com ramais para Foz do Iguaçu e Chapecó, em Santa Catarina.

A escolha dos povos indígenas a serem estudados foi definida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). O documento com o Plano de Trabalho para a realização dos estudos complementares foi protocolado pelo Governo do Estado junto à Funai e as atividades terão início após a aprovação pelo órgão federal.

Vale lembrar que o Governo do Paraná já realizou estudo semelhante ao solicitado agora pela Funai na Terra Indígena Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, com mais de 3 mil habitantes. Esta segunda etapa é condicionante da anuência concedida pela Funai em março deste ano.

Estão contidos neste roteiro, definido pela Funai, as terras indígenas Boa Vista, em Nova Laranjeiras, e Guasú Guavirá, em Guaíra, e os acampamentos Pakurity, em Dourados (MS) e Tupã Nhe Kretã, em Morretes. O Estudo do Componente Indígena (ECI) é parte do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Nova Ferroeste, etapa fundamental para a emissão da Licença Prévia na área ambiental.

O processo para obtenção da Licença Ambiental está em andamento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), desde 2021. Para obtenção do documento, é necessário o aval do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Funai.

Os locais para os estudos complementares foram definidos após vistoria técnica realizada no traçado proposto para a ferrovia, realizada em junho. Estão nessa relação áreas indígenas independente do status fundiário, incluindo áreas demarcadas e acampamentos localizados num raio de até cinco quilômetros de onde devem passar os trilhos da malha ferroviária.



Estudos

A execução do trabalho será responsabilidade da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), contratada pelo Governo do Paraná para realizar a atividade de campo e consolidar os dados. Duas equipes compostas por antropólogos, biólogos, historiadores e sociólogos vão atuar em paralelo.

Uma delas vai atender a terra indígena Boa Vista, com duas aldeias, e os acampamentos Pakurity e Tupã Nhe Kretã, com uma aldeia cada. O outro time vai se dedicar à terra indígena Tekohá Guasú Guavirá, com 14 aldeias.

Serão observadas as relações socioculturais das comunidades indígenas, organização política, territorialidade, práticas culturais, modo de vida, valores e conhecimentos tradicionais. Entrevistas e oficinas com os moradores vão auxiliar e fornecer subsídios para avaliar os impactos positivos e negativos da instalação e operação da Nova Ferroeste.

A melhor compreensão do seu modo de vida destes cidadãos vai permitir a elaboração de propostas indicando medidas de prevenção, controle, mitigação ou compensação associadas a fim de garantir a proteção dos direitos indígenas.

Projeto

A linha férrea vai ligar por trilhos os estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná, que são produtores exportadores de grãos (milho e soja) e proteína animal, facilitando e reduzindo custos do transporte ao Porto de Paranaguá.

Além disso, a malha ferroviária também vai fortalecer o trânsito de milho do Mato Grosso do Sul para o oeste catarinense, um dos principais produtores de suínos do país.

O Governo do Paraná vai levar a Nova Ferroeste a leilão após a emissão da Licença Prévia Ambiental pelo Ibama. A empresa ou consórcio vencedor vai executar as obras e explorar o empreendimento por 99 anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/12/2023

REGIÃO NORTE - INFRAERO VAI ASSUMIR A GESTÃO DO AEROPORTO DE FLORES, EM MANAUS

Equipamento vem sendo administrado pela escola de aviação da capital amazonense

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) é a nova responsável pela gestão do Aeroporto de Flores, na Zona Centro-Sul de Manaus (AM), após publicação de uma portaria (nº 514) do Ministério de Portos e Aeroportos no Diário Oficial do último dia 27. Antes, o aeródromo era administrado pela escola de aviação Aeroclube de Manaus.

O documento atribui à companhia a administração, operação e exploração do terminal a partir dessa data. Segundo o presidente da Infraero, Rogério Barzellay, com a transferência da outorga, a empresa irá anunciar as novas ações para o aeroporto após a transição das operações, “com foco no seu potencial de demanda e incremento das operações”.

O Aeroporto de Flores está localizado a cerca de 3,5 km do centro de Manaus. Possui uma pista de pousos e decolagens com 830 metros de comprimento por 30 metros de largura e uma pista de 150 metros para a prática de aerodelismo.

O equipamento abriga o Aeroclube do Amazonas (ACA), responsável pelas empresas de táxi aéreo e escolas de paraquedismo de Manaus.

A instituição informou que, até o momento, continua na administração do local e que ainda não teve reunião com a Infraero para saber como ficará a situação da empresa após a mudança de gestão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/12/2023

MERCOSUL - MERCOSUL ESTÁ PRESTES A FECHAR ACORDO COMERCIAL COM SINGAPURA

Convênio deverá ser sacramentado durante a cúpula do bloco, nesta semana, no Rio de Janeiro
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Porto de Singapura: o país, que em novembro recebeu uma missão do Brasil Export, é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, ficando atrás apenas da China Crédito: Divulgação

SINGAPURA, O SEGUNDO MAIOR PARCEIRO COMERCIAL DO BRASIL NA ÁSIA, FICANDO ATRÁS APENAS DA CHINA, E O SÉTIMO MAIOR GLOBALMENTE

O Mercosul está prestes a firmar um acordo extra-regional com Singapura durante a 63ª Cúpula do bloco, que acontecerá no Rio de Janeiro de segunda-feira (4) até quinta (7). Se concretizado, este seria o primeiro

acordo do Mercosul com um país fora do continente em 12 anos. Singapura, o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, ficando atrás apenas da China, e o sétimo maior globalmente.

“Desde 2011 não tínhamos assinado acordo com nenhum outro país, uma dificuldade de negociação externa do Mercosul. Mas, dessa vez, deveremos assinar na Cúpula, no Rio de Janeiro, o acordo com Singapura”, disse o embaixador Maurício Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, acrescentando que o acordo está na fase de revisão, mas que tudo já está praticamente concluído.

Desde sua criação em 1991, o Mercosul selou apenas três acordos com nações fora da região: Israel em 2007, Egito em 2010 e Palestina em 2011. Além disso, o bloco estabeleceu acordos de preferência, não plenos de livre comércio, com a Índia e com países da União Aduaneira da África Austral (Sacu), composta por África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

O embaixador Maurício Lyrio enfatizou a importância do acordo com Singapura devido à intensa relação comercial entre os países, destacando um expressivo superávit nas exportações brasileiras para Singapura em 2022, totalizando US\$ 8 bilhões. “É o sinal de força do Mercosul. Ou seja, depois de períodos de dificuldades, não vamos esconder aqui as dificuldades que enfrentamos em vários momentos, mas temos agora com a assinatura desse acordo mais um sinal da vitalidade do Mercosul”, afirmou.

Ele também ressaltou que Singapura possui consideráveis investimentos no Brasil, sendo a sede de muitas empresas brasileiras com interesses na Ásia.

Singapura

Com uma população de 5,6 milhões de habitantes e uma área de 728 km², Singapura é um país asiático com um PIB em 2021 de US\$ 397 bilhões, superando seus parceiros menores no Mercosul, Uruguai e Paraguai. Singapura destaca-se como um importante centro financeiro global, possui o segundo maior porto de contêineres do mundo e está entre os cinco maiores centros de refinamento de petróleo globalmente.

A balança comercial entre Brasil e Singapura atingiu US\$ 9,35 bilhões em 2022, com exportações brasileiras de US\$ 8,345 bilhões, principalmente de produtos do setor de óleo e mineração, seguidos por produtos agrícolas e turbinas a gás.

O Brasil é responsável por uma parcela significativa do consumo local de carne bovina, de frango e de carne suína em Singapura. Por sua vez, as importações brasileiras de Singapura concentram-se em componentes eletrônicos, circuitos integrados e inseticidas.

Missão

No mês passado, mais de 80 empresários e autoridades brasileiros participam da missão técnica do Brasil Export em Singapura. Lá, eles tiveram contato com as realizações e estratégias do país asiático, principalmente no que se refere à inovação, sustentabilidade urbana e tecnologia portuária.

O Porto de Singapura, que vem quebrando sucessivos recordes, prepara uma nova fase de expansão, prometendo ampliar sua capacidade de movimentação de cargas em mais de 40%. O objetivo é passar dos atuais 46 milhões para 65 milhões de TEU (twenty-foot equivalent unit ou, na tradução do inglês, unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

Durante a missão, a comitiva soube também da visão que autoridades e executivos com base em Singapura têm do Brasil. O diretor de Tecnologia de Operações da Autoridade Portuária e Marítima (MPA, na sigla em inglês) de Singapura, David Foo, afirmou que o país terá um papel estratégico na transição energética do setor de navegação, se consolidando como o maior fornecedor mundial de combustíveis alternativos.

Ainda de acordo com ele, a produção brasileira desses produtos e seu fornecimento serão importantes para que a indústria global do transporte marítimo reduza seus impactos ambientais, especialmente a emissão de gases do efeito estufa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/12/2023

REGIÃO NORTE - APÓS SECA, NAVIO COM CIMENTO CHEGA A MANAUS PARA REABASTECER MERCADO

Produto ficou em falta na região devido à baixa do nível da água dos rios amazônicos

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Expectativa é que o preço do cimento volte a normalidade com o reabastecimento do mercado/ Reprodução

Após a seca histórica dos rios Negro e Amazonas (AM), um navio carregado com cimento chegou em Manaus no último domingo (3) para reabastecer o mercado. Com a baixa do nível de água e a paralisação da navegação regional, o produto ficou em falta e os preços dispararam.

A notícia da chegada da carga foi compartilhada por Serafim Corrêa, titular da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI), em uma rede social. De acordo com ele, o abastecimento de cimento no estado caminha para a normalização e os preços devem baixar nos próximos dias.

Em alguns locais, devido a escassez, a saca do produto passou de R\$ 55 para R\$ 100, em média.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/12/2023

OPINIÃO – ARTIGOS – Articulista - Não, não e não!! consegue conviver com isso? diga; sim, eu consigo!



HUDSON CARVALHO

Consultor em Gestão de Pessoas e Estratégia Empresarial,
diretor executivo da Elabore Online – Resultados Através das Pessoas
opinio@portalbenews.com.br

“É preciso coragem para levantar-se e falar, mas também é preciso coragem para sentar-se e ouvir.”

Winston Churchill

Quem me acompanha por aqui sabe quanto admiro Churchill. Curto até suas frases mais narcisistas (nem que seja para refletir sobre elas e não segui-las), como “A história será gentil para mim, pois pretendo escrevê-la.”.

Hoje, porém, poderia começar a esse texto com um simples ditado popular: “Falar é prata. Ouvir é ouro”.

Quero falar sobre OUVIR e DIZER NÃO. Como é difícil ouvir NÃO. E falar NÃO? Mais ainda, talvez.

Vamos começar com OUVIR NÃO.

Em nossa caminhada diária, vamos encontrar pelo menos dois tipos de NÃO para os quais precisamos estar preparados: os DEFINITIVOS (como a morte, a demissão de uma empresa na qual você adora trabalhar, ...) e os TEMPORÁRIOS (ser preterido para uma promoção, não conseguir manter ou dar o próximo passo num relacionamento, não conseguir mudar um hábito que atrapalha a carreira e a vida pessoal). Os “NÃOS” podem vir da sociedade, da organização para a qual trabalhamos ou de dentro de nós mesmos.

Ouvir não é ir ao encontro de nossos limites. Aqueles que nos são impostos e outros que nós mesmos criamos e alimentamos em nosso interior como se fossem verdadeiros.

Frente a esses tipos de “NÃO”, nos cabe aceitá-los ou trabalhar fortemente para aumentar nossos limites. São os limites que nos definem, então, se formos fortes o suficiente, ouvir um NÃO terá sido benéfico.

Escrevendo essa parte do texto, lembro de um trecho da Oração da Serenidade: “Concedei-me, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que não posso modificar, coragem para modificar aquelas que posso e sabedoria para conhecer a diferença entre elas.”. É mais do que Filosofia. É o roteiro prático de um exercício diário.

Continuando na linha de ser prático, descrevo aqui quatro passos que uso para conviver com os “NÃOS” que recebo diariamente:

Coloco-me no lugar do outro: “ele” tem razão? Eu sou/estou agindo de forma equivocada? É um exercício de autoconhecimento;

Descubro onde está o meu “copo meio cheio”: talvez eu esteja realmente estar agindo de forma errada nesse momento, mas, tenho outras (e são muitas) qualidades que me ajudarão a superar; Aprendo com o episódio, preparando-me para não errar novamente, no mesmo ponto;



Não fico remoendo: bola para frente. Reviver o passado me retira tempo e capacidade de foco para buscar os “SINS”.

Escrevendo-os de forma organizada, os releio e vejo que não são um exercício fácil de realizar. Mas vejo também o quanto são necessários e importantes para crescer como ser humano e como profissional. Todos recebemos nãos, definitivos e temporários, grandes e pequenos, todos os dias.

E DIZER NÃO! Parece que nos deixa do lado do forte, fácil, da questão. Mas será verdade?

Antes de falar sobre o assunto, peço que relembre a sensação incômoda que sentiu na última vez que foi obrigado a dar uma má notícia, um “NÃO” a alguém. No trabalho é difícil, em casa mais ainda, em especial na educação dos filhos.

Lembro isso pois você e eu sabemos que há muita similaridade entre os papéis de PAI e de LÍDER de uma equipe. Querer vê-los (filhos e subordinados) crescer exige dizer muitos “NÃOS”.

De novo me vem à mente outro provérbio, do qual gosto muito: “Homens fortes criam tempos fáceis. Tempos fáceis geram homens fracos. Homens fracos criam tempos difíceis e tempos difíceis geram homens fortes.”.

Dizer “NÃO”, explicando as razões de fazê-lo, cria seres humanos fortes. E, quer saber? Discordo parcialmente do provérbio, pois se eles (filhos e nossas equipes) aprenderem a dizer não dessa forma, continuaremos a criar tempos fáceis, continuamente.

Minhas filhas e os profissionais a quem tive a honra de liderar, provavelmente não dirão que fui “bonzinho”, mas dirão que não os deixei para trás, sem apontar onde poderiam melhorar como profissionais e pessoas.

Há um outro lado nessa história. A baixa capacidade de dizer “NÃO” nos deixa com a sensação de solidão. E de que o problema – seja ele qual for – continua em nosso colo.

Farei a seguir uma lista de dicas sobre como lido com a necessidade de dizer ‘NÃO’, mas adiantarei a mais importante delas: perca o medo das críticas. Nunca haverá uma situação – em casa ou no trabalho – na qual TODOS concordarão com você. Esqueça. Prepare-se adequadamente para dizer não e viva mais feliz e com a sensação de dever cumprido.

Vamos para as dicas?

1. Não tenha pressa: reflita. Esse “NÃO” precisa mesmo ser dito? Está alinhado com a realidade e com os meus valores? Ou é um desejo, a minha forma de ver a situação. E, atenção: refletir nesse caso não é achar razões para desistir;
2. Prepare-se com fatos e dados. Tenha argumentos para as prováveis contra respostas que vai receber. A preparação deve incluir essas possíveis reações também;
3. Lembre-se dos “NÃOS” que já recebeu e use isso em seu favor;
4. Dizer “NÃO” é diferente de ser grosseiro. Use as palavras adequadas;
5. Falando em linguagem, digo, use a forma mais simples possível de dizer o “NÃO”. Sem enrolação.

Ficou claro?

Termino com uma frase que é mais do que um trocadilho: Dizer sim para tudo é dizer não para si mesmo.

OUVIR NÃO É IR AO ENCONTRO DE NOSSOS LIMITES. AQUELES QUE NOS SÃO IMPOSTOS E OUTROS QUE NÓS MESMOS CRIAMOS E ALIMENTAMOS EM NOSSO INTERIOR COMO SE FOSSEM VERDADEIROS

Hudson Carvalho é Consultor em Gestão de Pessoas e Estratégia Empresarial, Diretor Executivo da Elabore Online – Resultados Através das Pessoas e Diretor da WISDOM – Gestão Organizacional (Desenvolvemos Pessoas e Processos) – Baixada Santista e ABCD

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/12/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SETOR DA INFRAESTRUTURA APOSTA EM INICIATIVAS DE ESG

Informações: ABFP (04 de dezembro de 2023)

Empresas já adotam ações que contemplam questões relacionadas à sustentabilidade



Foto: SOPESP

É possível conciliar a questão da dignidade humana com o desenvolvimento? O questionamento foi feito pelo desembargador Audaliphil Hildebrando da Silva, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª. região, nesta quinta-feira, 30, durante o II Congresso Nacional da Magistratura do Trabalho, em Foz do Iguaçu.

O desembargador fez a mediação do painel intitulado ESG nas Relações de Trabalho no Setor da Infraestrutura. “Nosso objetivo é constituir uma sociedade livre e igualitária. E as empresas têm responsabilidade nisso”, diz Hildebrando.

O painel teve como expositores o Dr. Ricardo Molitzas, Presidente do Instituto Brasil Logística (IBL), Dr. Diego de Paula, Gerente Jurídico e de Conformidade (PORTONAVE) – Terminais Portuários de Navegantes, Dr. Flavio da Rocha Costa – Diretor de Logística da (ELDORADO) e Dr. Fabricio Julião, do Centro de Estudos Brasil Export.

Na sua explanação, Ricardo Molitzas explicou o conceito de ESG reforçando o elo com a sustentabilidade. Sigla em inglês, ESG tem relação com ambiente, social e governança corporativa.

Ele ressaltou que as agências reguladoras têm desempenhado importante papel para o setor de infraestrutura e tendem a adotar boas práticas de ESG. Uma ação relacionada a ESG colocada em prática foi a instituição de escala eletrônica para os trabalhadores no Porto de Santos, durante a pandemia.

Diego de Paula, da Portonave, terminal privado localizado em Navegantes (SC), apresentou diversos programas da companhia na área da ESG. Um dos programas chamado Porto para Elas ofereceu aulas teóricas e com simuladores para qualificar mulheres com a finalidade de trabalhar na empresa.

Um total de 700 candidatas se inscreveram e as melhores colocadas foram chamadas para ocupar vagas. Como a maioria das desistentes foram mulheres negras e de baixa renda, a empresa fez uma segunda edição do programa e convidou quem não conseguiu terminar o treinamento.

Outros programas ofertados pela empresa foram de Autodefesa das Mulheres, Apoio a Maternidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência. Com isso, desde o ano passado o número de mulheres que trabalham na companhia cresceu 13% e a empresa recebeu 6 prêmios pelas iniciativas.



Diretor de Logística da Eldorado, com sede em Três Lagoas (MS), Flavio da Rocha Costa também mostrou várias iniciativas da empresa no campo da ESG e disse que companhia segue 17 itens do pacto global da ONU. “Já alcançamos o patamar do que é a meta dos nossos concorrentes. Hoje a empresa está à frente de atingir as metas autossustentáveis”.

Entre as ações colocadas em prática estão o monitoramento de animais silvestres, produção de celulose com utilização da água de rio que depois é limpa e devolvida e um projeto chamado PAIS – Produção Agroecológica Integrada de Autossustentável. Nessa iniciativa, a empresa capacita moradores de comunidades para plantar e depois compra a produção. Cada família que adere ao projeto ganha cerca de R\$ 2.500 ao mês.

Ele criticou a legislação brasileira que permite apenas o uso de 3 megawatts por CNPJ em fazendas de painéis solares. “Na medida que você tem no Brasil 3 megawatts por CNPJ não há incentivo para que empresas tenham painéis solares”, afirma.

Entre os programas em estudo na empresa está a contratação de autistas, que tem capacidade de hiperfoco, no setor de operações. “Esse trabalho está sendo desenvolvido na Brasil Export e há expectativa de contribuir para o setor”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/12/2023

ANTT APRESENTA SEMINÁRIO PARA TRANSFORMAR O FUTURO DO PAGAMENTO DE PEDÁGIOS NO BRASIL

Informações: ANTT (04 de dezembro de 2023)

Workshop Sandbox Free Flow vai trazer resultados e perspectivas sobre os primeiros seis meses de teste experimental

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) vai fechar o ano promovendo um evento de destaque no cenário nacional, o “Workshop Sandbox Free Flow: resultados e perspectivas”. Marcado para o dia 13 de dezembro de 2023, das 8h30 às 12h, o evento vai acontecer no auditório da sede da Agência em Brasília/DF e terá transmissão ao vivo pelo canal oficial da ANTT no Youtube.

O Free Flow é uma inovação no pagamento automático de pedágios com livre passagem dos veículos e já é utilizado em diversas partes do mundo. Agora, com o teste experimental (Sandbox Regulatório) conduzido pela CCR Rio-SP em trecho da extensão da BR-101, sob a supervisão e monitoramento rigoroso da ANTT, essa inovação começa a ganhar força no cenário rodoviário brasileiro

O teste, que está em execução entre as cidades de Ubatuba/SP e Rio de Janeiro/RJ, proporciona uma visão prática dos benefícios e desafios do Free Flow no contexto nacional.

Resultados e perspectivas em destaque

O evento tem como principal objetivo apresentar os resultados obtidos nos primeiros seis meses do teste experimental do Free Flow. Essa é uma oportunidade única para os participantes conhecerem de perto os números, impactos e a viabilidade desse novo modelo de cobrança de pedágio.

Além da exposição dos resultados, o workshop também será um espaço para debates construtivos sobre as perspectivas do Free Flow como modelo de cobrança de pedágio em rodovias federais concedidas em todo o país.

Participe do futuro das rodovias brasileiras

O “Workshop Sandbox Free Flow” não é apenas um evento, mas uma chance de testemunhar e participar de uma transformação histórica nas rodovias brasileiras. A inovação proposta pelo Free Flow representa uma mudança no sistema de pagamento, além de ser uma evolução na experiência dos usuários e na eficiência do gerenciamento de rodovias.



A ANTT convida a todos os interessados, desde especialistas em transporte até o público em geral, a participarem desse workshop e contribuir para o desenvolvimento do futuro das rodovias federais concedidas no Brasil.

A transmissão ao vivo pelo canal da ANTT no YouTube permite que uma audiência mais ampla tenha acesso a informações valiosas e participe ativamente dessa discussão transformadora.

Programação

Programação Workshop – SandBox Free Flow – Resultados e Perspectivas	
9h	Abertura do evento – Diretor-Geral
9h15	Execução do Multi-Lane Free Flow – Apresentação dos resultados dos primeiros 6 meses – Carla Fornasaro e Cleber Chinelato (Concessionária CCR RioSP)
10h	Free Flow: Regulamentação, Novas Concessões e Perspectivas – Diretor Luciano Lourenço (DLL/ANTT) e Aduardo Catão (SENATRAN)
10h30 – Coffe Break	
11h	Sandbox Regulatório, Multi-Lane Free Flow no Brasil e Perspectivas da cobrança eletrônica de Pedágio. Fernando Feitosa (SUROD/ANTT), Marco Aurélio Barcelos (ABCR) e Carlos R Gazaffi (ABEPAM)
12 – Encerramento	

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/12/2023

BRASIL SERÁ POTÊNCIA EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, DIZ PACHECO NA COP 28

Informações: Agência Senado (04 de dezembro de 2023)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse nesta sexta-feira (1º) que o Brasil deve se tornar “uma potência global em economia verde e transição energética”. Ele participa da comitiva oficial do país à conferência do clima da Organização das Nações Unidas (ONU). A COP 28 acontece em Dubai, nos Emirados Árabes.

— O mais importante é a presença do Brasil nesta conferência do clima para discutir os aspectos ambientais, a contenção do aquecimento global e a transição energética. A presença múltipla do Brasil — de vários segmentos e, em especial, do governo — é algo que devemos comemorar e celebrar. No pavilhão do Brasil, estão reunidos todos os segmentos com esse mesmo propósito. Por vezes, com pensamentos diferentes sobre o caminho a ser perseguido. Mas todo mundo tem o propósito de preservação do meio ambiente para o crescimento econômico sustentável — disse.

Pacheco integra a comitiva brasileira encabeçada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente do Senado disse que os Poderes Executivo e Legislativo “estão unidos no propósito da preservação ambiental”.

— É um palco de muitas ideias e iniciativas. É muito bom que, a partir disso, a gente consiga implementar nossa política, para o Brasil sair na frente e se constituir como uma potência global de economia verde, transição energética e evolução sustentável — afirmou.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também está em Dubai. Ele lembrou que, daqui a dois anos, a cidade de Belém (PA) vai sediar a 30ª edição da conferência do clima.



— Esta é a penúltima conferência antes de sediarmos a COP 30, que será a primeira da Amazônia. O que está na agenda do debate ambiental global é vanguarda no sistema de transição energética. Temos todas as condições criadas para, em decorrência das mudanças climáticas, nos tornarmos uma potência global. Dois terços da energia gerada no Brasil é de matriz limpa. Temos muito a dizer, a apresentar e, sobretudo, a exigir — disse Randolfe.

“Primeiro passo”

O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), que também integra a comitiva, classificou como “um primeiro passo” a decisão tomada pela cúpula do clima de destinar US\$ 420 milhões para apoiar países afetados pelo aquecimento global. Mas disse que o chamado Fundo de Perdas e Danos “ainda é limitado”.

— É um primeiro passo, mas o valor é pequeno. Fala-se mais da questão das catástrofes, mas não se fala da preservação. Entendo que os países mais pobres economicamente, mas que continuam preservando as florestas, sobretudo as tropicais, têm que ter reconhecimento da comunidade internacional. O carbono que é capturado faz bem ao planeta como um todo, e não apenas ao país que preserva. O fundo é limitado no valor e no foco, mas, de qualquer forma, vamos caminhar — afirmou.

Descarbonização

A ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, disse nesta sexta-feira em Dubai que o uso de energias limpas pode agregar valor a produtos produzidos e exportados pelo Brasil.

— É uma grande vantagem comparativa, que precisa ser transformada em vantagem distributiva. Não só suprir o mundo com energia limpa, mas usar essa energia limpa para agregar valor aos nossos produtos, para exportarmos produtos que não sejam carbono-intensivos. O Brasil está aqui para trazer seu compromisso e sua prática com a descarbonização das economias — disse Marina Silva.

Ao lado de Marina Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou matérias sugeridas pelo Poder Executivo para atenuar o impacto do consumo de combustíveis fósseis no Brasil. Ele citou como exemplos projetos de lei sobre regulação do mercado de hidrogênio, combustível do futuro, crédito de carbono e produção de energias eólica e solar em plataformas marítimas.

— O problema do consumo de combustível fóssil persiste. É verdade, o problema existe e ninguém está negando. Mas é preciso pressa para aprovar esses marcos regulatórios que vão ser muito importantes. Há quase uma dúzia de (projetos de) leis de iniciativa do atual governo. Sabemos que estamos correndo contra o relógio e que o Brasil ficou parado muito tempo. Penso que devemos jogar luz sobre as soluções que estão sendo apresentadas — disse Haddad.

Inteligência artificial

Lula e Pacheco ainda se reuniram com o secretário-geral da ONU, António Guterres. Durante o encontro, Pacheco se comprometeu a compartilhar com a ONU o marco de regulação da inteligência artificial que está sendo debatido por uma comissão especial do Senado (PL 2.338/2023). A proposta foi elaborada por uma comissão de juristas criada por iniciativa de Pacheco.

Lula, Pacheco e Guterres discutiram também a gestão brasileira na presidência do G20, grupo das 20 maiores economias do mundo, de 2023 a 2024. O Brasil sediará o próximo encontro do G20, marcado para novembro do próximo ano. Outro tema da reunião foi a candidatura brasileira para sediar a COP 30, em Belém, que tem apoio do bloco latino-americano da ONU.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 04/12/2023



SILVEIRA AFIRMA QUE MERCADO DE BIOCOMBUSTÍVEIS VAI ATRAIR MAIS DE R\$ 200 BILHÕES ATÉ 2037

Informações: Agromais (04 de dezembro de 2023)

Próxima geração de combustíveis renováveis vai reforçar liderança brasileira e colocar o Brasil como grande fornecedor global

O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou as potencialidades do Brasil para a produção de biocombustíveis, durante painel que tratou do Programa Combustível do Futuro, realizado na manhã desta segunda-feira (4), na COP28. A produção do combustível sustentável de aviação (SAF), do diesel verde (também chamado de HVO), do etanol de segunda geração, além dos já conhecidos etanol hidratado e biodiesel, devem atrair mais de R\$ 200 bilhões em investimentos para o Brasil até 2037.

A expectativa é de que apenas com a interligação do RenovaBio e do Rota 2030, teremos R\$ 105 bilhões. O RenovaBio é reconhecido como um dos principais programas de redução de emissões de gases de efeito estufa da mobilidade no mundo, com um mecanismo de Créditos de Descarbonização (CBIOs), que remunera o produtor de biocombustíveis. Mais R\$ 15 bilhões devem vir da combinação de investimentos em SAF e HVO, e outro R\$ 1 bi em combustíveis sintéticos.

Somente os biocombustíveis advindos do etanol, biodiesel, combustíveis sintéticos e biometano contribuirão com mais de R\$ 65 bilhões. A captura e estocagem de carbono deve contribuir com mais R\$ 3 bilhões.

“Já temos projetos concretos: Planta de Biorrefino na Bahia; Primeira perfuração de poço para captura de carbono no Mato Grosso; e Usina de Etanol de 2ª Geração em São Paulo. Isso é sinal de segurança jurídica. É sinal de estabilidade regulatória. É estabilidade política, ambiental e social. O nosso país contribuiu e continuará a contribuir para a solução dos complexos desafios que o mundo vive, em especial o enfrentamento às causas das mudanças climáticas. Vamos pautar pela implementação de políticas nacionais que supram as necessidades de seus cidadãos de forma sustentável, equilibrada, consciente e justa”, discursou o ministro.

O diretor executivo da Agência Internacional de Energia, Fatih Birol, elogiou a iniciativa do Programa Combustível do Futuro, que cria políticas públicas e inclui na matriz energética brasileira novos combustíveis e marcos regulatórios.

Silveira também relembrou os 50 anos de etanol no Brasil; os 20 anos dos motores flex, que hoje dominam as ruas e são a maioria dos veículos de passeio no país; e os 20 anos do programa do biodiesel, criado no primeiro governo do presidente Lula. Destacou, ainda, a contribuição dos biocombustíveis para a produção do hidrogênio, utilizando materiais como a vinhaça e a torta de filtro, produtos que, hoje, têm baixo valor agregado.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/12/2023

PROJETO SAÚDE NOS PORTOS É REALIZADO NO PORTO DE SALVADOR

Informações: CODEBA (04 de dezembro de 2023)

Em uma iniciativa conjunta entre o Ministério de Portos e Aeroportos e o SEST/SENAT, o Porto de Salvador sediou com sucesso o Projeto Saúde nos Portos nesta quarta-feira (29/11). A abertura do evento foi conduzida pelo Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária, Luiz Humberto Castro, em representação da Diretoria Executiva da CODEBA, além do Chefe de Unidade da ANTAQ, Alfeu Luedy, da Diretora Executiva do OGMOSA, Daniela Pinheiro e o representante do Detran, Marcos Micucci.

O Projeto Saúde nos Portos proporcionou uma variedade de serviços essenciais, incluindo aferição de pressão arterial, medição de glicemia, atendimento odontológico, orientação nutricional, teste de acuidade visual, entre outros. Estas ações não só têm o propósito de diagnosticar possíveis questões

de saúde, mas também de educar e empoderar os participantes, incentivando práticas saudáveis em seu cotidiano.

Destacamos que o Projeto Saúde nos Portos abraçou a campanha do Novembro Azul por meio do Programa VemSer, promovendo conscientização sobre a saúde masculina e a importância da prevenção de doenças específicas. Além disso, estande do OGMOSA retratando sobre a saúde e segurança do trabalhador, e outros estandes com serviços de corte de cabelo, maquiagem e exposições enriqueceram a experiência dos participantes.

Agradecemos a toda a comunidade portuária que prestigiou o evento, tornando-o um sucesso e reforçando o compromisso com a promoção da saúde e bem-estar em nosso ambiente de trabalho.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/12/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

SENADO ARTICULA DESONERAÇÃO DO GÁS NATURAL PARA PRODUÇÃO DE NITROGENADOS

Segundo estimativa do Ministério da Fazenda, o impacto financeiro do programa será de R\$ 4,5 bilhões em 2024

Por Hanrikson de Andrade 4 de dezembro de 2023 Em Congresso, Mercado de gás



Senadoras Tereza Cristina (PP/MS) e Leila Barros (PDT/DF) na CMA (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado)

BRASÍLIA – O Senado Federal articula para incluir na Lei Orçamentária de 2024 o investimento correspondente à criação do Profert, programa que inclui a desoneração do gás natural e outros estímulos para produção de fertilizantes.

O PL 699/2023 ainda tramita no Senado Federal, sob relatoria de Tereza Cristina (PP/MS), senadora da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que apresentou parecer favorável na Comissão de Agricultura, na semana passada (29/11).

De autoria de Laércio Oliveira (PP/SE), cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes, e abrange no pacote para o setor a desoneração do gás natural.

Segundo estimativa do Ministério da Fazenda, em 2024, o impacto financeiro será de R\$ 4,5 bilhões. Já em 2025 será de R\$ 4,4 bilhões, e de R\$ 4,4 bilhões em 2026.

A proposição já conta com o aval da Comissão de Infraestrutura (CI) e tramita em caráter terminativo, isto é, em caso de aprovação na Comissão de Agricultura, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Em seu parecer, Tereza destaca que Laércio encaminhou ao relator da LDO, o deputado Danilo Forte (União/CE), uma emenda para incluir a nova política pública na previsão de despesas do ano que vem.

“Portanto, já se encontram em andamento as providências necessárias para que o Profert disponha de total regularidade orçamentária e fiscal já em 2024”.

“Com respeito ao mérito, entende-se que o Profert constitui programa essencial para produção de alimentos, para segurança alimentar do Brasil e do mundo e estratégico para segurança e defesa nacional”, completa a relatora.

Semana passada, o Confert, do qual fazem parte sete ministérios (MDIC, Fazenda, Agricultura, Ciência e Tecnologia, MME, MMA e Desenvolvimento Agrário), aprovou a revisão do Plano Nacional de Fertilizantes, estipulando como meta a redução da reinjeção de gás natural e das tarifas de transporte.

Além de indicar a necessidade de reforma na tributação e regulação estaduais. Petrobras, CNI, CNA e Embrapa também integram o colegiado.

O Senado Federal também vai avaliar as emendas ao PL das eólicas offshore, aprovado na Câmara dos Deputados, com medidas para tentar tirar do papel a construção de novos gasodutos de transporte, ancorados em térmicas na base.

Uma das regiões citadas no texto da Câmara é o Triângulo Mineiro, que mira também a construção de uma fábrica de fertilizantes nitrogenados.

A proposta é criticada por consumidores de energia, que alertam para o aumento no custo da energia. As emendas apresentadas garantiriam que o preço do gás natural venha a ser considerado nos leilões das térmicas

O texto ainda passará pelo crivo do Senado, onde o relator é Carlos Portinho (PL/RJ). A proposta inclui reduzir a demanda cativa para contratação obrigatória de térmicas prevista na lei da privatização da Eletrobras, de 8 GW para 4,25 GW.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/12/2023

DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA CUSTARÁ R\$ 40 BI ATÉ 2050, CALCULA CNI

Documento também aponta que o Brasil pode atingir neutralidade climática em 2050 com adoção do mercado de carbono

Por epbr 4 de dezembro de 2023 Em Agendas da COP, Empresas, Transição energética



Estudo da CNI mostra que descarbonização do setor até 2050 custará cerca de R\$ 40 bilhões (Foto: Andrew Martin/Pixabay)

BRASÍLIA — Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgado nesta segunda (4/12) estima que a transição do setor industrial brasileiro para uma economia de baixo carbono deve custar cerca de R\$ 40 bilhões até 2050.

Segundo a organização, o elevado custo de capital no país, combinado com os gargalos estruturais, encarece os investimentos em novas tecnologias e processos de produção mais limpos.

Publicado durante a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP28), que ocorre em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos até o dia 12 de dezembro, o relatório traz uma revisão de estudos feitos nos últimos anos no Brasil e resultado de consultas a especialistas de cada segmento industrial.

“Com as condições adequadas, a indústria brasileira pode se tornar um ator significativo na economia global de baixo carbono. Para tanto, são necessárias condições econômicas e políticas claras e estáveis para que possamos atrair investimentos e impulsionar inovação em tecnologias”, afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Em defesa do mercado de carbono

Segundo o levantamento da CNI (.pdf), a maior parte dos setores estudados tem potencial de mitigação de emissões de GEE nos médio e longo prazos, com destaque para cimento, siderurgia, alumínio e florestas plantadas.

Só os setores siderúrgico e de cimento, por exemplo, maiores consumidores de energia nos processos produtivos, podem reduzir 499 milhões de toneladas de CO₂ até 2050, calcula.

A CNI simulou três cenários para saber se o Brasil consegue atingir as metas acordadas e entender os impactos da precificação de carbono nessa trajetória, considerando o mecanismo de ajuste de fronteira de carbono europeu (CBAM, em inglês).

Na simulação de cenário sem precificação de carbono, o estudo indica que o país não alcançaria a neutralidade climática até 2050.

Já no horizonte em que o país estabelece um mercado regulado de carbono, além de atingir sua Contribuição Nacionalmente determinada (NDC) em 2025 e 2030, e a neutralidade climática em 2050, há a projeção de crescimento do PIB em relação ao cenário referência, chegando a R\$ 9,66 trilhões em 2030 (+1%) e R\$ 14,13 trilhões em 2050 (+1,8%).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/12/2023

PRIMEIRO PROJETO DE HIDROGÊNIO NO SUAPE DESENCADEIA DISPUTA POR ÁREA

Contratação desencadeia arbitragem com estaleiro por lote destinado à produção de hidrogênio verde

Por Gabriel Chiappini 4 de dezembro de 2023 Em Hidrogênio, Judiciário, Mercado de gás



Arrendamento por 25 anos, renovável por igual período, se destina à produção de hidrogênio verde, azul e amônia (Foto: Daniela Nader/Divulgação)

RIO – A área do Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, destinada à instalação de uma planta de hidrogênio verde e azul da Qair Brasil, se tornou alvo de uma disputa arbitral com o estaleiro Vard Promar.

O projeto original da Qair, contratado em 2022 com o porto, prevê a instalação de unidades de eletrólise com 1 GW de capacidade, para produção de hidrogênio verde, além de sistemas de captura de carbono da reforma de gás natural para a rota azul.

O estaleiro, contudo, reivindicou direitos pré-existentes, desencadeando a disputa com a administração do complexo portuário.



O governo do estado aguarda o desenrolar da ação para rediscutir o destino da área, um espaço “nobre”, segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti.

Ele afirma que houve uma falha na negociação com a Qair, “sem o devido desimpedimento de obrigações”.

Cavalcanti assumiu esse ano, com a eleição de Raquel Lyra (PSDB) para o governo de Pernambuco, sucessora de Paulo Câmara (PSB), atual presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por indicação do governo Lula.

A eleição marcou uma mudança no grupo político no comando do estado, que refletiu na administração de Suape.

“A Qair têm a proposição de ocupar uma área de beira de cais, que foi objeto de uma promessa de cessão por parte governo do estado no ano passado, mas sem o devido desimpedimento de obrigações pretéritas”, explicou o secretário.

Cavalcanti afirma que o estaleiro também estava descumprindo o contrato original.

“[Se Suape perder a arbitragem] precisamos retomar o contrato original com o Vard, o que também nos coloca numa posição confortável, porque ele está em descumprimento do contrato original e precisa chegar a algum tipo de composição”, diz.

“Não podemos dispor de uma área tão nobre para ficar parada”.

O arrendamento da área para a Qair seria feito por 25 anos, renovável por igual período, para produção de hidrogênio verde, azul com captura de carbono e amônia.

Cavalcanti reitera que há interesse em atrair investimentos em plantas de hidrogênio no porto e há mais empresas interessadas, além da Qair.

“Resolvido o imbróglio, as discussões com a Qair serão retomadas. Além dela, outras duas companhias também manifestaram interesse pela área para a produção de hidrogênio”.

A Qair preferiu não se manifestar sobre o caso. A empresa não é parte na arbitragem entre porto e o estaleiro. Suape afirmou apenas que o processo ainda está em curso e não obtivemos respostas do Vard Promar. O espaço segue aberto.

O projeto da Qair em Pernambuco

A empresa prevê a instalação de um complexo para produção de hidrogênio verde, produzido a partir de eletrólise com energia de fonte renovável, que inclui uma usina de dessalinização para aproveitamento da água do mar.

A energia será gerada em parques eólicos e solares fotovoltaicos próprios. Atualmente, a companhia desenvolve parques eólicos, inclusive integrados com solar, no Ceará e Rio Grande do Norte, totalizando mais de 420 MW de capacidade.

Além do hidrogênio verde, a Qair prevê a construção no Suape de duas unidades de hidrogênio azul, a partir da reforma de gás natural com captura de carbono, com pequenos reatores modulares (SMR, na sigla em inglês).

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 04/12/2023

INVASÃO DA GUIANA TERIA QUE PASSAR PELO BRASIL E DESAGRADARIA A CHINA, DIZ IAN BREMMER



CEO da consultoria de risco político Eurasia Group afirma que, apesar do aumento das tensões com referendo, anexação é pouco provável

Por repbr 4 de dezembro de 2023 Em Internacional, Petróleo e gás

Uma eventual invasão da Guiana pela Venezuela para anexar a região de Essequibo teria que passar pelo território brasileiro e desagradaria a China, que tem parte das reservas de petróleo do offshore guianês, afirmou nesta segunda-feira (4/12) Ian Bremmer, CEO da consultoria de risco político Eurasia.

Em sua conta na rede social x (ex-Twitter), Bremmer afirmou que está “profundamente cético” em relação a uma potencial anexação de Essequibo e que o referendo realizado neste domingo (3/12) foi uma “fanfarronice” do presidente Nicolás Maduro.

A China, importante parceiro comercial e maior potência a apoiar o regime de Maduro, está presente na Guiana por meio da CNOOC. A petroleira estatal chinesa tem 25% do bloco Stabroek, em parceria com a operadora ExxonMobil (45%) e a Chevron Hess (35%). Já foram descobertas reservas de 11 bilhões de barris de óleo e gás na área, que fica a 200 km da costa guianesa.

Na sexta-feira (1/12), a Corte Internacional de Justiça (CIJ, tribunal da ONU localizado em Haia) determinou que a Venezuela deve “abster-se de tomar qualquer ação que possa modificar a situação atualmente prevalecente no território em disputa”

Sem passagem pelo Brasil

Bremmer ressaltou também que a fronteira terrestre da Venezuela com a Guiana é “impenetrável” militarmente e que, por isso, o exército venezuelano teria que passar pelo Brasil, no caso de uma eventual guerra.

O ministro da Defesa brasileiro, José Múcio, foi incisivo na última semana ao garantir que não vai permitir que o Exército venezuelano use o território brasileiro para invadir a Guiana.

“Precisamos ter cuidado. É como se seu vizinho quisesse invadir outra casa usando a sua. O que não podemos permitir é que a Venezuela, querendo entrar na Guiana, use nosso território. Estamos atentos. A Defesa não vai permitir que use território brasileiro para outro país entrar em briga”, disse.

Lula pediu “bom senso”

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse neste domingo (3/12) que teme uma guerra na América do Sul e pediu “bom senso” a Venezuela e Guiana.

“Eu acho que só tem uma coisa que o mundo não está precisando. Só tem uma coisa que a América do Sul não está precisando agora é de confusão. Se tem uma coisa que nós precisamos para crescer e para melhorar a vida do nosso povo é a gente “baixar o facho”, trabalhar com muita disposição de melhorar a vida do povo, e não ficar pensando em briga. Não ficar inventando história. Então, eu espero que o bom senso prevaleça. Do lado da Venezuela e do lado da Guiana”, disse Lula.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/12/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

ACORDO COMERCIAL COM UNIÃO EUROPEIA NÃO SAI ANTES DA REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL, AVALIA GOVERNO DO BRASIL

Expectativa é que conversas voltem a ganhar fôlego após posse de Milei na Argentina
Por Alice Cravo — Brasília



Presidente Lula e Ursula von der Leyen, em Bruxelas — Foto: Simon Wohlfahrt/Bloomberg

Em uma mudança no calendário previsto pelo Brasil, o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul não será anunciado nos próximos dias, admitem integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Lula disse nesta segunda-feira que não desistirá do acordo.

A mudança atende a um pedido do atual governo da Argentina, que indicou que não seria adequado ir adiante com o acordo em um momento de transição entre governos. Além disso, na semana passada, o presidente francês, Emmanuel Macron, criticou o acordo.

A expectativa era que o acordo fosse anunciado durante a presidência espanhola da União Europeia e da brasileira no Mercosul, que se encerra nesta quinta-feira com uma cúpula dos presidentes no Rio de Janeiro. Isso não será mais possível, segundo integrantes do governo.

A avaliação é que o adiamento a pedido da Argentina é natural e que o mesmo pedido foi feito pelo Brasil no começo da gestão Lula. As negociações seguem, mas não haverá a rodada presencial decisiva, prevista para acontecer às margens da Cúpula do Mercosul no Rio de Janeiro. Haverá apenas as reuniões virtuais.

Uma reunião técnica que aconteceria nesta segunda-feira no Rio, para tratar do assunto, foi cancelada.

O atraso, no entanto, não é visto com um prazo indefinido. A expectativa é que já nas próximas semanas, com a posse do presidente eleito da Argentina, Javier Milei, as conversas voltem a ganhar fôlego.

Na visita ao Brasil no final de novembro, a futura chanceler da Argentina, Diana Mondino, sinalizou que havia interesse do futuro governo no acordo. A expectativa é que não haja uma trava no acordo pelo novo governo argentino, considerando as sinalizações dadas pela futura chanceler, que levou um recado de apoio da equipe de Milei mesmo ainda durante a transição.

Se de fato se valer a afirmação da chanceler, a expectativa é que após o novo governo assumir e se manifestar sobre o acordo, o fôlego nas negociações para fechar o acordo podem voltar a acontecer já em um prazo relativamente curto. O governo de Javier Milei já assume no dia 10 de dezembro.

A respeito da resistência da França, diplomatas brasileiros veem como naturais as críticas de Macron, algo que é considerado uma posição histórica dos franceses. As negociações são feitas entre o Mercosul e a Comissão Europeia. Depois, o acordo precisa ser ratificado pelo Parlamento de cada país — fase em que a posição da França precisaria ser contornada.

Na semana passada, o Itamaraty afirmou que houve "avanços significativos" no acordo e que haveria um "trabalho intenso" até a cúpula do Mercosul para fechar os pontos restantes e anunciar o acordo ainda naquela ocasião.

Apesar de não detalhes sobre os impasses atuais nas tratativas, o Itamaraty afirma que ainda há "alguns pontos" a serem negociados, mas que os avanços foram "significativos" e que "dificuldades vistas como insuperáveis não se materializaram".

Um dos pontos que travava a negociação era a questão envolvendo compras governamentais. A União Europeia defendia a participação de empresas dos países-membros dos dois blocos em licitações governamentais nos países que estivessem no acordo. O governo brasileiro defendia a retirada desse ponto.

em detalhar, o Itamaraty afirmou na semana passada que houve um "avanço significativo em entendimento e compromisso entre as partes" sobre este ponto.

O acordo é negociado oficialmente desde 1999 e, depois de anunciado, teria ainda outras etapas, como a assinatura e aprovação pelo parlamento.

Nesta segunda-feira, o presidente Lula disse que não irá desistir da assinatura do acordo comercial entre Mercosul.

— Não vou desistir enquanto eu não conversar com todos os presidentes e ouvir um não de todos. Aí nós vamos partir para outra — disse Lula.

Já chanceler alemão, Olaf Scholz, afirmou que esforços 'adicionais' serão feitos.

— Para utilizar o potencial que advém das relações econômicas e comerciais, o Brasil e a Alemanha apoiam a celebração do acordo União Europeia e Mercosul. Vamos fazer esforços adicionais para que esse acordo possa ser concluído. A comissão tem conduzido essas negociações e eu e o presidente Lula temos mantido contato a respeito dessas iniciativas — disse Scholz

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/12/2023

LULA DIZ QUE NÃO IRÁ DESISTIR DE ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA E CHANCELER DA ALEMANHA PROMETE 'ESFORÇOS ADICIONAIS'

Posições da França e da Argentina travaram negociações

Por Alice Cravo — Brasília



O presidente Lula ao lado do chanceler alemão Olaf Scholz — Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta segunda-feira que não irá desistir da assinatura do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE). Em entrevista na Alemanha, na última etapa da viagem internacional que fez nos últimos dias, Lula falou sobre entraves recentes nas negociações, como críticas do presidente francês, Emmanuel Macron, além de defender o diálogo com o presidente eleito na Argentina, Javier Milei.

— Não vou desistir enquanto eu não conversar com todos os presidentes e ouvir um não de todos. Aí nós vamos partir para outra — disse Lula.

Já chanceler alemão, Olaf Scholz, afirmou que esforços 'adicionais' serão feitos.

— Para utilizar o potencial que advém das relações econômicas e comerciais, o Brasil e a Alemanha apoiam a celebração do acordo União Europeia e Mercosul. Vamos fazer esforços adicionais para que esse acordo possa ser concluído. A comissão tem conduzido essas negociações e eu e o presidente Lula temos mantido contato a respeito dessas iniciativas — disse Scholz.



Lula disse que já conversou com Macron e que a oposição francesa ao acordo com o Mercosul é histórica. Citou outros presidentes, como François Hollande. Segundo Lula, isso ocorre porque esses presidentes têm "problemas políticos, financeiros com os produtores franceses"

— Nós respeitamos a posição dele. O que eu não posso te dizer é que a gente ainda não vai assinar. Primeiro, porque, além da posição da França, nós temos uma posição da Argentina que teve eleições, o novo presidente toma posse dia 10, o Alberto Fernández vai participar da nossa reunião dia 7. Dia 6 haverá reunião dos ministros, dos chanceleres dos países do Mercosul, que vão tentar resolver alguma pendência técnica que exista — afirmou.

O presidente brasileiro pediu a Scholz para falar com o presidente da Argentina e também com Macron:

— Eu só posso dizer para você que não vai ter assinatura na hora que terminar a reunião do Mercosul e eu tiver o não. Enquanto eu puder acreditar que é possível fazer esse acordo, eu vou lutar para fazer.

O presidente brasileiro disse que discutiu com Scholz sobre os esforços para concluir o acordo e reiterou a expectativa de que a "União Europeia decida se tem ou não interesse na conclusão de um acordo equilibrado".

— São quase 23 anos de negociação. Na próxima quinta-feira, na Cúpula do Mercosul, teremos um momento decisivo nessa negociação. Reiterei ao chanceler a expectativa que a União Europeia decida se tem ou não interesse na conclusão de um acordo equilibrado. Em um contexto de fragmentação política, a aproximação entre nossas regiões é central para a construção de um mundo multi polar e o fortalecimento do multilateralismo — disse Lula.

Lula contou que pediu para Macron abrir o coração e conversar com a esposa, Brigitte Macron, sobre o assunto.

— Quando eu me despedi do presidente Macron, eu falei pro Macron: "quando você pegar o avião, que você sentar na sua cadeira no avião, abra o seu coração, converse com a sua esposa, e aceite fazer um acordo entre União Europeia e Mercosul". Se isso não o sensibilizou, eu não vou desistir do Macron. Vamos ter outra reunião, outras necessidades, eu vou continuar até um dia eu conseguir.

Olaf Scholz, por sua vez, lembrou que a Comissão Europeia é a responsável por negociar o acordo, e não os países diretamente, e que está convencido de que terá maioria.

— Eu estou convencido de que será possível ter uma maioria dos dois órgãos (Comissão Europeia e Parlamento Europeu), tanto no conselho quanto no Parlamento, uma vez que as negociações forem concluídas — disse.

Entenda os entraves

O acordo entre Mercosul e UE é negociado desde 1999. Em 2019, com a conclusão de uma parte das conversas, foi iniciada a fase de revisão. Desde então, os dois grupos mantiveram as negociações, mas não chegaram a um entendimento final.

A expectativa do governo brasileiro era anunciar o acordo nesta semana, durante a reunião da cúpula do Mercosul, no Rio. No último fim de semana, ao participar da COP28, Emmanuel Macron disse ser contra o acordo, acrescentando, que o texto foi "mal remendado".

Já o presidente eleito na Argentina, Javier Milei, fez críticas ao Mercosul durante a campanha. Também insinuou que poderia sair do grupo, mas recentemente amenizou o discurso e passou a defender aperfeiçoamentos no bloco.

EMBRAER VENCE DISPUTA PARA FORNECER AVIÕES DE TRANSPORTE MILITAR PARA A COREIA DO SUL. CONHEÇA O C-390

País é o primeiro cliente do cargueiro da empresa brasileira na Ásia. Forças aéreas de outros seis países já compraram o aparelho de médio porte

Por O GLOBO — Rio de Janeiro



C-390 Millennium da Embraer — Foto: Divulgação

A Coreia do Sul anunciou a vitória do C-390 Millennium, da Embraer, no processo de licitação pública que abriu para a compra de novas aeronaves de transporte militar à Força Aérea da República da Coreia. O país é o primeiro cliente do cargueiro C-390 na Ásia.

O valor do contrato não foi revelado, mas, segundo a Embraer, será incluído na carteira de pedidos do quarto trimestre de 2023 da empresa. A Coreia do Sul é o sétimo país a selecionar o C-390, cargueiro militar de médio porte da Embraer, depois das forças militares de Brasil, Portugal, Hungria, Holanda, Áustria e República Tcheca.

A Embraer venderá um número não revelado de aeronaves C-390 Millennium configuradas para atender aos requisitos específicos da força aérea sul-coreana, que estão previstos no contrato. Também está no contrato a prestação de serviços e suporte e o fornecimento de equipamentos de apoio em solo e peças de reposição pela Embraer.



Uma aeronave modelo C-390, do Embraer, é exposta no Farnborough Airshow, no Reino Unido: empresa faz parceria para explorar novos mercados — Foto: JUSTIN TALLIS/AFP

A empresa brasileira também oferecerá um amplo pacote de cooperação com entidades sul-coreanas, incluindo a fabricação de uma quantidade significativa de peças do C-390 Millennium por empresas parceiras naquele país e o desenvolvimento de um fornecedor local de MRO (Maintenance, Repair and Overhaul – Manutenção, Reparo e Revisão).

A atual frota de aeronaves c-390 em operação no mundo acumula mais de 10.800 horas de voo, com disponibilidade operacional em torno de 80% e taxas de conclusão de missão acima de 99%, demonstrando alta produtividade na categoria, informou a Embraer.

A Embraer diz que o C-390 pode transportar mais carga útil (26 toneladas) que outras aeronaves de transporte militar de médio porte além de voar mais rápido e ter autonomia para alcançar distâncias maiores.

A aeronave configurada para reabastecimento aéreo, que tem a designação KC-390, pode atuar tanto como tanque quanto como receptor, neste caso recebendo combustível de outro KC-390 utilizando cápsulas (pods) instaladas sob as asas, segundo o comunicado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/12/2023

NOVO NEGÓCIO DE PETROLEIRA ESTRANGEIRA QUE ATUA NO BRASIL DEIXA SETOR APREENSIVO

Por Rennan Setti



Plataforma de petróleo — Foto: Divulgação

O setor de petróleo brasileiro está apreensivo com a estratégia da australiana Karoon. Até então, a petrolífera estrangeira tinha seu principal foco no offshore brasileiro, com investimento bilionário na Bacia de Santos, onde detém 100% do Campo de Baúna. Mas, há poucas semanas, a companhia anunciou que estava investindo US\$ 720 milhões na compra de ativos no Golfo do México, o que marca sua entrada no mercado americano.

Executivos do setor leram a notícia como um sinal de que o Brasil perderá protagonismo na estratégia da companhia australiana daqui para frente. A Karoon nada disse sobre isso, mas a suspeita que corre entre empresas do setor é que a decisão é consequência do freio ao plano de desinvestimento da Petrobras.

Esse plano, que está sendo substancialmente reduzido na gestão de Jean-Paul Prates à frente da estatal, foi o grande vetor para o surgimento das chamadas “junior oils”, companhias de menor porte que compram campos maduros da Petrobras. Baúna, por exemplo, foi vendido pela estatal à Karoon em 2020.

Diante do giro de 180 graus da Petrobras, o temor da cadeia do petróleo é que outras firmas reduzam o foco no Brasil.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/12/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PROPOSTAS DO GOVERNO PARA MUDAR ARCABOUÇO E ORÇAMENTO ACENDEM LUZ AMARELA NO MERCADO

Economistas ouvidos pelo ‘Estadão’ apontam perda de transparência e ‘irrealismo’ orçamentário em meio a medidas que alteram a contabilidade e modificam nova regra fiscal; Fazenda nega

Por Bianca Lima, Luiz Guilherme Gerbelli e Adriana Fernandes

BRASÍLIA - Governo e Congresso têm feito movimentos na área fiscal que já colocam em alerta os especialistas em contas públicas. Economistas ouvidos pelo Estadão apontam perda de transparência e “irrealismo” orçamentário em meio a propostas que alteram a contabilidade federal e modificam o novo arcabouço fiscal, antes mesmo de a regra entrar plenamente em vigor. Há quem veja, inclusive, contabilidade criativa.

No rol de medidas, as mais recentes são a tentativa de reduzir o bloqueio de gastos em 2024, para “blindar” os investimentos e emendas em ano de eleição municipal, e a engenharia financeira para viabilizar um novo programa voltado a alunos de baixa renda do ensino médio. A medida educacional é vista como meritória e de custo fiscal relativamente baixo, mas recebe críticas por já ter nascido fora do limite de gastos (leia mais abaixo).

Por enquanto, essas propostas vêm sendo ofuscadas por um cenário externo mais favorável, devido à perspectiva de corte de juros nos Estados Unidos e na Europa nos primeiros meses de 2024. Isso aumenta o apetite de investidores estrangeiros por ativos emergentes, incluindo o mercado acionário brasileiro - que deve ter o melhor novembro, em saldo de recursos estrangeiros, desde 2020.



Ex-secretário do Tesouro, Kawall vê tentativa de andar para trás no processo de aperfeiçoamento da contabilidade do País. Foto: Oriz Partners

O problema, alertam os economistas, será quando essa maré baixar e as fragilidades fiscais - e suas consequências - ficarem mais evidentes. Na avaliação de Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro, existe uma tentativa de andar para trás no caminho trilhado ao longo dos últimos anos, de aperfeiçoamento da contabilidade do País.

“Isso não ajuda. A gente já tem uma regra fiscal mais frouxa (o arcabouço, na comparação com o antigo teto de gastos). E agora não temos mais certeza do compromisso do governo com a regra, pelos comentários do presidente (Lula) sobre o contingenciamento (bloqueio preventivo de despesas)”, afirma Kawall, sócio fundador da Oriz Partners.

“É uma direção errada e contrária ao que houve desde o impeachment (de Dilma Rousseff), em que se buscou o aumento da transparência da contabilidade pública”, diz o economista. No fim de outubro, Lula afirmou a jornalistas que o governo “difícilmente” cumpriria a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, uma vez que não havia disposição para cortar investimentos.

A fala evidenciou o embate fiscal entre as alas política e econômica e exigiu articulação por parte do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que saiu vitorioso. A meta zero foi mantida, mas com o compromisso de que o contingenciamento ficaria em torno de R\$ 23 bilhões - praticamente metade do montante inicialmente previsto, de R\$ 53 bilhões.

A saída foi costurada no Congresso Nacional, com o líder do governo, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), apresentando uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A sugestão feita ao relator da proposta, deputado Danilo Forte (União-CE), é de que o aumento real (acima da inflação) mínimo das despesas, de 0,6%, esteja garantido mesmo que isso signifique não cumprir a meta. Na prática, isso leva a um bloqueio menor de gastos.

Como antecipou o Estadão na última sexta-feira, porém, Forte já disse que vai rejeitar a emenda. “Não quero ser responsável pelo desequilíbrio financeiro do País nem pela insolvência fiscal”, disse o relator, desmentindo Haddad, que horas antes havia dito que o deputado negara a possibilidade de rejeição.

Para Marcos Mendes, pesquisador do Insper, o governo vem apostando em “manobras”. “Não tem como não pensar na contabilidade criativa do período Dilma. O que era? Tira isso do resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida); tira aquilo da dívida líquida. Ou seja, massagear a contabilidade para apresentar números que não refletem a realidade”, afirma.

Mendes avalia que as práticas fiscais que considera “criativas” por parte do governo e do Congresso começaram ainda no final de 2022, com a PEC da Transição. A Proposta de Emenda à Constituição determinou que recursos do PIS/Pasep transferidos ao Tesouro fossem contabilizados como receita primária, “na contramão da boa prática contábil”, segundo o economista.

Isso gerou uma discrepância contábil entre o Banco Central e o Tesouro Nacional em relação ao déficit primário. Pelo Tesouro, que usa os valores como receita primária, a expectativa de déficit em 2023 é de 1,7% do PIB. Já pelo Banco Central, que não segue a nova sistemática, a projeção de rombo é maior: 1,9% do PIB.

Arcabouço perde força

O economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, avalia que há um viés expansionista na política fiscal, mesmo com um arcabouço que já definiu os limites de gastos. Como exemplo, ele cita o novo programa de incentivo à permanência do estudante do ensino médio na sala de aula, o poupança jovem.

“Em que pese a pertinência do programa, a decisão não foi a de achar uma alternativa dentro do arcabouço. Mas de ajustar o arcabouço para caber o novo programa. É diferente”, diz Megale. “Foi proposto um ajuste no arcabouço, ao invés de seguir as limitações da regra”, ressalta.

Questionado pelo Estadão, o Ministério da Fazenda afirmou que o “Congresso Nacional possui a atribuição de fixar os limites orçamentários, e autorizou a ampliação, respeitando todas as demais regras”. Segundo a pasta, “tecnicamente, não há questionamentos sobre o procedimento, já que não há nenhuma vedação ou mudança contábil nisso”.



Para Megale, economista-chefe da XP, movimentos evidenciam viés expansionista da política fiscal. Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Megale destaca, porém, que esta não é a primeira vez. Segundo ele, o crescimento das despesas em 2024 deveria ser menor que os 2,5% previstos e o limite de contingenciamento maior, caso fossem seguidas as diretrizes iniciais.

A discussão sobre a flexibilização da meta de déficit zero e a tentativa de reduzir o contingenciamento vão na mesma direção. Para ele, esses movimentos evidenciam o viés expansionista da política fiscal para, “sempre que preciso, ajustar o arcabouço para acomodar um gasto a mais”.

O economista da XP considera que esse cenário reduz a força do arcabouço recém-criado como “âncora das expectativas”, o que pode impactar as estimativas de inflação de médio prazo. “Os agentes econômicos acabam colocando isso nas suas projeções, o que acaba por limitar o espaço do Banco Central para cortar juros”.

Megale destaca que o País terá um ou dois semestres de crescimento mais baixo, e essa percepção de desaceleração pode levar a um aumento da pressão por estímulos econômicos. Nesse ambiente, ele antevê que o ruído em cima da política econômica tende a aumentar.

Em relação aos limites de contingenciamento, a Fazenda afirmou em nota que “não há qualquer alteração contábil ou fiscal envolvida”.

Fumaça e lacração

Nos bastidores, integrantes da equipe econômica são enfáticos ao rejeitar a avaliação de que o governo tenta fazer “gambiarra” no arcabouço ao querer atrelar o limite de contingenciamento ao piso de 0,6% de alta real (acima da inflação) das despesas.

No entendimento da equipe do ministro Haddad, o parecer jurídico da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que dá essa interpretação, foi assinado por dois dos melhores procuradores da Casa. Além disso, segundo interlocutores, isso não muda em nada o compromisso de responsabilidade fiscal e a busca pelo déficit zero, que foi defendido pelo ministro e mantido pelo presidente Lula.

Um ponto que vem sendo citado pelos integrantes da cúpula da Fazenda é que os próprios analistas do mercado não estavam projetando nas suas contas um contingenciamento expressivo, em torno de

R\$ 53 bilhões, e que tem havido “muita fumaça por nada e tentativa de lacração” em torno do limite do bloqueio.

Era Arno

Se na cúpula da Fazenda há confiança no caminho que vem sendo adotado e até otimismo de que as medidas para aumento de arrecadação, mesmo desidratadas, serão aprovadas, entre técnicos entrou no radar a preocupação de que pressões por resultados rápidos promovam mudanças de rota e levem o governo a buscar soluções “criativas” para as contas públicas.

O temor, que é citado entre técnicos experientes, é com a volta da chamada “era Arno”. Uma referência ao ex-secretário do Tesouro, Arno Augustin, que patrocinou uma série de manobras fiscais que minaram a credibilidade da política fiscal do governo Dilma Rousseff.

Confira abaixo algumas das principais preocupações listadas pelos especialistas em contas públicas:

1. Regra do contingenciamento

Economistas veem uma tentativa do governo de “reinterpretar” a lei do arcabouço fiscal para viabilizar um contingenciamento menor em 2024 e, assim, não restringir os investimentos em ano eleitoral. Pela regra atual, sancionada pelo presidente, o governo pode contingenciar até 25% das despesas discricionárias previstas para o ano, o que somaria R\$ 53 bilhões em 2024.

A equipe econômica liderada por Haddad busca, porém, reduzir esse valor para R\$ 23 bilhões. A saída foi apresentar uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de autoria do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues, atrelando o limite de contingenciamento à regra do piso de gastos, que prevê um crescimento mínimo real das despesas de 0,6%. Dessa maneira, o bloqueio seria reduzido para o montante desejado.

2. Financiamento do programa voltado ao ensino médio

A liderança do governo no Senado articulou a aprovação de um projeto de lei complementar que retira do limite de gastos de 2023 as despesas com o novo programa do ensino médio, que tem o objetivo de reduzir a evasão escolar. O projeto também foi relatado pelo senador Randolfe Rodrigues e agora será analisado pela Câmara dos Deputados.

Antes dessa aprovação, o governo editou uma Medida Provisória criando um fundo privado gerido pela Caixa Econômica Federal, com valor de até R\$ 20 bilhões, com o objetivo de abastecer esse novo programa. O desenho do fundo rendeu críticas de especialistas em contas públicas, já que abre caminho para aportes via ações de estatais e por meio de receitas obtidas com leilões do pré-sal.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirma que a possibilidade de prever contrapartidas ao fundo nos leilões de petróleo não é uma inovação. “Mecanismo de contrapartidas adicionais às outorgas foram usados nos leilões de 5G no ano passado, além de várias concessões realizadas nos últimos anos no Brasil. O mecanismo foi validado pelo TCU e nunca foi considerado como quebra de regras fiscais ou contábeis”, diz a pasta.

Além disso, o ministério ressalta que a possibilidade de aporte de participações acionárias “é praxe na lei de criação de fundos e não há nisso nenhum tipo de implicação nem alteração contábil”. Segundo a Fazenda, isso já ocorre de longa data – constituindo um exemplo o Fundo Garantidor de Exportações –, “sem que se tenha tido qualquer problema ao longo do tempo”.

3. Juros dos precatórios como despesa financeira

Em meio à tentativa de regularizar a situação dos precatórios, dívidas judiciais que passaram a ser roladas após a aprovação da chamada PEC do Calote, a equipe econômica, ao pedir ao Supremo autorização para quitar os débitos, solicitou aval para uma mudança contábil.

A ideia era registrar os juros dessas dívidas como despesa financeira, ou seja, sem entrar na contabilidade do resultado primário, levado em conta para a meta fiscal. O pedido não foi acolhido

pela Corte. Mas, na prática, a decisão do relator, ministro Luiz Fux — de permitir o uso de crédito extraordinário (fora do teto e da meta) até 2026 — dá tempo para governo e Congresso discutirem esse ponto.

4. Forma de contabilizar os recursos do PIS/Pasep

A PEC da Transição, patrocinada pelo atual governo e promulgada no fim de 2022, determinou que recursos do PIS/Pasep transferidos ao Tesouro fossem contabilizados como receita primária - ou seja, auxiliando na melhora do resultado primário.

Isso gerou uma discrepância contábil entre o Banco Central e o Tesouro Nacional em relação ao déficit primário. Pelo Tesouro, que contabiliza esses valores como receita primária, a expectativa de déficit em 2023 é de 1,7% do PIB. Já pelo BC, que não faz uso dessa contabilidade, a projeção de rombo é maior: 1,9% do PIB.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/12/2023

AUDITORES DA RECEITA DEVEM REJEITAR ACORDO E MANTER GREVE, QUE AMEAÇA META FISCAL DE HADDAD

Categoria resiste à proposta do Ministério da Fazenda para fim da paralisação; AGU já alertou para impacto sobre as contas públicas

Por Eduardo Gayer e Roseann Kennedy

Os auditores fiscais da Receita Federal devem rejeitar o acordo proposto pelo governo e manter a greve em vigor desde 20 de novembro. O movimento ameaça ao cumprimento da meta de déficit fiscal zero, bandeira para 2024 empunhada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Sem o trabalho dos auditores, remessas internacionais sobre as quais há incidência de impostos estão paradas em portos e aeroportos.

Os servidores cruzaram os braços para cobrar do governo o pagamento do chamado bônus de eficiência e produtividade. O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, propôs o pagamento escalonado do benefício, uma ideia que deve ser rejeitada nesta semana em assembleia do Sindifisco, sindicato que representa a categoria.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Foto: FOTO: WILTON JUNIOR/ESTADÃO

“A adesão à greve está sendo maciça. Os auditores de diferentes áreas da Receita estão aderindo, causando pouco a pouco um apagão na instituição” afirma Flávio Prado, do Sindifisco de Santos.

O Sindifisco de Santos ressalta que os programas de conformidade da Receita Federal são afetados pela greve. É o caso do Confia, voltado a grandes contribuintes, e que ainda está em processo de

implementação.

“O lançamento desses programas, ainda que já estejam em projeto piloto, não surtirão o efeito esperado de se alcançar uma arrecadação extra de dezenas de bilhões, conforme expectativa da Fazenda, por causa da greve no órgão, uma vez que seu sucesso depende sobretudo do suporte técnico e da intervenção humana do auditor fiscal”, diz nota sindicato.

O impacto da greve sobre as contas públicas foi reconhecido pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parecer. “A paralisação, ainda que parcial, pode prejudicar o acompanhamento e a

regulamentação das medidas legislativas com impacto positivo e, dessa forma, prejudicar o alcance da meta fiscal para 2024”, diz o ministério.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/12/2023

‘NÃO VAMOS NOS ENVERGONHAR DO NOSSO POTENCIAL EM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS’, DIZ ALEXANDRE SILVEIRA

Ministro de Minas e Energia defendeu entrada do Brasil na Opep+ e a exploração do petróleo no Brasil, e disse que países do Sul Global não podem ser colonizados pela transição energética global
Por Paula Ferreira e Karla Spotorno

ENTREVISTA COM

Alexandre Silveira - Ministro de Minas e Energia

No auge das discussões acerca da necessidade de frear a exploração de combustíveis fósseis em todo o mundo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira defendeu que o Brasil não pode se envergonhar de seu potencial no setor e deve explorá-lo. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, nesta segunda-feira, 4, na 28.^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-28), que ocorre em Dubai, Silveira argumentou que os países ricos devem liderar os esforços de mudanças em suas matrizes energéticas.

A passagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela COP-28, na última semana, foi marcada pelo anúncio de o Brasil integrar a Opep+, um grupo criado pela Organização dos Países Produtores de Petróleo. O passo foi visto por ambientalistas como uma contradição do governo brasileiro em um momento no qual o próprio presidente Lula discursou em defesa da redução do ritmo de uso matrizes fósseis.

Nesta segunda-feira, o Brasil foi escolhido como o “vencedor” do irônico prêmio “Fóssil do Dia”, organizado pela Climate Action Network (CAN), uma rede que reúne organizações não governamentais em todo o mundo. Silveira foi citado na justificativa do prêmio por, entre outros pontos, ter anunciado a adesão do Brasil à Opep+ e o leilão de novos blocos de petróleo ainda neste mês. O prêmio foi concedido pela primeira vez em 1999, e escolhe um país a cada dia.



A grande força do Brasil é exatamente a sua pluralidade energética, diz Silveira Foto: Wilton Júnior/Estadão

“Nós não vamos negar que as nossas fontes e a nossa prioridade energética são um fato. Então, nós não vamos nos envergonhar da nossa Petrobras. Não vamos nos envergonhar de termos o potencial também dos combustíveis fósseis no Brasil, e eles precisam ser explorados, porque o Brasil é um país onde as injustiças sociais ainda são muito latentes”, defendeu Silveira. Leia a seguir os principais trechos da

entrevista:

Por que entrar na Opep+ nesse momento em que o mundo aponta para a necessidade de parar de expandir as fronteiras de combustíveis fósseis?

Ao se cadastrar nos newsletters, você concorda com os Termos de Uso e Política de Privacidade. É importante contextualizar o que vem acontecendo na transição energética global. O Brasil é sem dúvida nenhuma o grande líder da transição energética. Tem uma matriz de energia elétrica 88% limpa e renovável, muito em consequência das suas potencialidades naturais. O Brasil é o grande celeiro dos biocombustíveis e nós temos estimulado isso. A política pública liderada pelo presidente Lula enviou ao Congresso Nacional o programa que está sendo elogiado aqui na COP-28 como um dos mais modernos programas de descarbonização da matriz de transporte e mobilidade, que é o



projeto “Combustível do Futuro”, que cria mandato por diesel verde, que cria mandato para o combustível sustentável de aviação, que cria regulamentação para captura e estocagem de carbono, que aumenta a participação do etanol na mistura da gasolina, aumentando a octanagem de veículos, mas também descarbonizando. Ou seja, o Brasil é o protagonista da transição energética global. Agora, o Brasil também é produtor de petróleo. E a grande força do Brasil é exatamente a sua pluralidade energética. A transição energética tem de ser vista por todos nós além da sustentabilidade, além da preservação do planeta. Isso nós já fazemos, nós temos a maior floresta tropical do planeta. O papel do Brasil, na minha visão e pelo que tenho visto nos discursos do presidente Lula, é agora dar um passo à frente disso.

Qual?

O Brasil terá dois fóruns extremamente qualificados para fazer. Um é o G20, que eu vou ter alegria e responsabilidade de presidir o de energia. E o outro será a COP-30, que o Brasil receberá (em 2025). O Brasil voltou a fazer a boa política, política que senta na mesa para dialogar e discutir os problemas reais da sociedade. Portanto, nada pode ser óbice ao Brasil participar de mais um fórum qualificado de discussão de estratégias de países produtores que querem, inclusive, achar um caminho seguro, estável, com previsibilidade pra poder destinar os recursos advindos do petróleo para a transição energética, para investir em energias renováveis. O ambiente aqui nos países árabes, onde nós estamos fazendo esse debate, é de uma consciência de que as novas gerações estão vindo com o chip, com a mentalidade, de que a salvaguarda e proteção planetária é uma necessidade. O petróleo, daqui a poucos anos, vai ficar para os jovens como o cigarro ficou décadas atrás. Vai ser algo que vai ficar no passado, mas ainda não está no passado. Por isso a palavra “transição energética”. Ninguém em sã consciência quer exigir mais sacrifício dos países do Sul Global, e especialmente de países como Brasil, onde a população já pagou o preço por ter uma matriz energética tão importante para o planeta. Nós queremos avançar na descarbonização? Sim. Temos feito muitas políticas públicas para isso? É verdade, temos feito. Os biocombustíveis do Brasil são para nós o que o petróleo é para Arábia Saudita.

O que está sendo feito?

Nós contratamos este ano R\$ 16 bilhões de linhas de transmissão para fortalecer a transmissão do Nordeste e do Norte do Brasil para o centro de carga, que é o Sudeste. Vamos contratar mais R\$ 20 bilhões em dezembro, ou US\$ 4 bilhões, mais R\$20 bilhões em março de 2024. Ou seja, R\$ 56 bilhões, algo como US\$ 10 bilhões a US\$ 12 bilhões de investimento em transmissão. Quem paga essa conta? O povo brasileiro. Vai para a conta de energia quando as linhas de transmissão ficam prontas. Para que nós estamos fazendo essas linhas de transmissão? Para triplicar a capacidade do Nordeste brasileiro de receber investimentos internacionais em energia solar eólica e biomassa, que são energias limpas e renováveis. Nosso objetivo é reindustrializar o Brasil. O Brasil quer produzir essa energia para descarbonizar o planeta e fortalecer a sustentabilidade, mas quer que os países ricos e industrializados reconheçam a necessidade da transição. Precisamos criar uma consciência global para sustentabilidade, nós precisamos criar mecanismos para valorizar a nossa Floresta Amazônica. Nós precisamos criar a agência internacional do carbono.

O próprio presidente Lula afirmou que o Brasil não vai ‘apitar nada’ nesse grupo. Não é uma utopia pensar que o Brasil vai pautar essa discussão sobre energias renováveis em um grupo de países produtores de petróleo?

O que muitas vezes alguns chamam de utopia, eu prefiro chamar de sonho. E sonho que a gente sonha junto, acontece. O Brasil não pode ser negacionista, o negacionismo acabou quando o presidente (Jair) Bolsonaro terminou o seu mandato. E nós não vamos negar que as nossas fontes e a nossa prioridade energética são um fato. Então, nós não vamos nos envergonhar da nossa Petrobras. Não vamos nos envergonhar de termos o potencial também dos combustíveis fósseis no Brasil, e eles precisam ser explorados, porque o Brasil é um país onde as injustiças sociais ainda são muito latentes. O Fundo Social, que é administrado pela PPSA (a estatal Pré-Sal Petróleo), e que foi desvirtuado no governo anterior - o recurso foi utilizado para amortecer o pagamento do juros da dívida, e nada dele voltou para a sociedade -, nós retomamos o verdadeiro destino dele. Semana passada nós lançamos um programa e eu assinei na Medida Provisória, que se chama “Pé de meia”, R\$ 20 bilhões do petróleo, dos recursos da partilha do petróleo vão ser utilizados para manutenção dos alunos no Ensino Médio das escolas públicas brasileiras terem estímulo de ficarem na escola.



Nós vamos aproveitar essa oportunidade e vamos defender os países do Sul Global e os países da América Latina para que os países ricos e industrializados - que, infelizmente, alguns voltaram a usar carvão na sua matriz energética, como a Alemanha - os respeitem. Nós não aceitaremos ser “colonializados” de novo pela transição energética global. Nós queremos, ao contrário disso, sermos respeitados. O presidente Lula é o líder certo, no lugar certo, na hora certa e eu não ouvi isso só de brasileiros. Eu ouvi isso do príncipe do Catar numa audiência com o presidente, ouvi isso do príncipe herdeiro na Arábia Saudita, eu ouvi isso do Olaf Scholz, primeiro-ministro da Alemanha.

O sr. disse que não podemos nos envergonhar da Petrobras e do potencial do Brasil nessa área. Recentemente, o presidente da Petrobras mencionou que estuda abrir uma “Petrobras Arábia”. O senhor é favorável à abertura de novos poços de petróleo pela empresa? Qual sua posição sobre a “Petrobras Arábia”?

Eu fiquei sabendo disso exatamente no momento em que o presidente Lula ficou. O governo não conhece essa ideia do presidente da Petrobras. O fato é que eu sou defensor, e isso é público, de que a Petrobras tem de investir de forma muito vigorosa, além da exploração de petróleo, no gás para poder reindustrializar o Brasil com uma fonte de energia tão necessária, em especial na produção de nitrogenados para poder impulsionar o agronegócio nacional, gerar alimentos, baratear alimentos e, conseqüentemente, melhorar a vida do povo brasileiro. A Petrobras tem de voltar a investir em refino para o Brasil ser autossuficiente, não depender dos preços internacionais. A Petrobras tem de achar um programa, que encaixe bem com a sua governança e natureza jurídica, para fazer chegar o botijão de gás na casa de brasileiras e brasileiros a preços mais módicos.

O Brasil não quer ser exportador de commodities apenas. Pode ser também, mas o Brasil quer manufaturar sua soja, o Brasil quer manufaturar o seu aço e vender o “aço verde” no mundo. Só que, para isso, nós precisamos fazer esse debate que estamos fazendo aqui na COP. E, ao contrário do que muitos imaginam, que foi inoportuna a notícia de que o Brasil fará parte dessa plataforma de discussões (Opep+), eu entendi que foi muito oportuno, porque levantou a discussão para um tema tão fundamental, que é a força diplomática do Brasil de representar os países do Sul Global na discussão da transição energética justa, inclusive e, como disse o Papa Francisco, obrigatória.

Há um desalinhamento entre a Petrobras e o governo? Como está a interlocução com a empresa?

O governo tem as suas preocupações, seus objetivos, seu foco e a clareza dos resultados que precisa atingir. A Petrobras é uma empresa de capital aberto, uma empresa que deve ter a sua governança sempre respeitada, que tem o interesse dos seus acionistas privados, que tem interesse de seus acionistas internacionais. Naturalmente, muitas vezes haverá conflitos, que vão ser dirimidos de forma harmônica, dialogada, negociada. Por que o governo tem o direito de fazer essa discussão? Porque o governo é acionista controlador, porque o governo tem a maior parte dos conselheiros, é quem indica o presidente da Petrobras. O governo não quer usar desse poder para torná-la uma empresa de menor valor, muito pelo contrário, o governo quer que a Petrobras seja reconhecida como uma empresa importante, fértil aos investimentos. E isso tem acontecido.

A ação da Petrobras em janeiro deste ano era R\$ 23, hoje ela é R\$ 37. Ela valorizou 50% em um ano, com toda essas polêmicas que tivemos durante o ano sobre o preço dos combustíveis. Todos sabem a minha posição pública de que o Brasil deve exercer o preço competitivo interno, e não o preço de paridade internacional, porque o Brasil produz mais petróleo que a média mundial, voltou a investir em refino, porque a Petrobras é uma das empresas que têm o melhor quadro técnico do mundo na exploração de águas profundas. Muitas vezes, naturalmente, haverá discussões sobre o plano estratégico, por onde andar, por que caminho construir. E nós não temos nenhum problema até em conversar com acionistas minoritários, porque é o diálogo que constrói, que busca consciência.

Uma mina da Braskem ameaça a segurança de Maceió, e essa não é a primeira vez que eventos perigosos envolvendo mineradoras ocorre no Brasil. Como o governo pretende atuar para fiscalizar melhor o setor?

Disse ao presidente Lula que um legado que nós podemos deixar ao povo brasileiro no setor mineral é o fortalecimento da Agência Nacional de Mineração, que foi criada em 2019, com uma estrutura muito abaixo do que ela precisa para cumprir seu papel num país que tem tanto potencial, em especial nesse momento da transição energética, de minerais críticos, de minério de ferro e de outras riquezas naturais. Para que ela cumpra não só de forma adequada os seus licenciamentos, mas principalmente para que ela tenha um corpo mais robusto de fiscalização do setor mineral Nacional. Assim que aconteceu a notícia da Braskem imediatamente eu acionei o secretário de Geologia e Mineração, ele montou a sala de situação, eu entrei na presidência da sala de situação, passei a presidi-la on-line todo tempo. E ele enviou, por determinação do ministro de Minas e energia do Brasil, toda a equipe de fiscalização do serviço de Geologia brasileiro e eles estão permanentemente fazendo todo monitoramento sísmico, junto com outros órgãos do governo, incluindo o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. E fizeram o principal: tiraram as poucas famílias que ali ainda estavam, porque a nossa preocupação nesses momentos deve ser a preservação da vida humana. As outras consequências advindas desse processo de exploração em Maceió, devem e já estão sendo frutos de investigação por outros órgãos que são competentes para fazer. Seria muito leviano, ou seria muito precipitado, querer culpabilizar quem quer que seja. A obviedade é que quem tem alguma coisa ali que não foi correta. Quem fez, de que forma fez, e a valoração, seja pecuniária ou seja criminal, das responsabilidades sobre os eventos ocorridos ali vão ser apuradas no foro adequado.

*A jornalista Paula Ferreira viajou a convite do Instituto Clima e Sociedade

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 04/12/2023

DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO BRASIL CUSTARÁ AO MENOS R\$ 40 BILHÕES ATÉ 2050, MOSTRA ESTUDO DA CNI

Material será divulgado nesta segunda-feira na Conferência do Clima (COP 28)

Por *Caio Spechoto*

Estudo produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que serão necessários ao menos R\$ 40 bilhões adicionais para descarbonizar o setor até 2050 no Brasil. O Estadão/Broadcast teve acesso exclusivo ao material, que será divulgado nesta segunda-feira, 4, na Conferência do Clima, em Dubai.

A CNI faz sugestões para acelerar o processo de descarbonização - ou seja, de redução de emissões de gases do efeito estufa para conter as mudanças climáticas e cumprir acordos internacionais - incluindo maior ação governamental para aumentar o acesso a crédito. Também aplica críticas antigas do setor produtivo, como ao chamado "Custo Brasil".

"O custo adicional de descarbonização para a economia brasileira, considerando os dados obtidos em conjunto com segmentos industriais neste estudo, seria de US\$ 8 bilhões de dólares, ou cerca de R\$ 40 bilhões até 2050", afirma o estudo. "Por custo adicional de descarbonização entende-se o custo de investimento total na tecnologia de baixo carbono subtraído do custo de investimento total da tecnologia business as usual", diz a CNI.



Usina de Hidrogênio Verde de Santa Catarina, localizada no Laboratório Fotovoltaica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Sapiens Parque, em Florianópolis. Serão necessários R\$ 40 bilhões adicionais para descarbonizar a indústria até 2050 no Brasil Foto: FELIPE RAU/ESTADÃO

O documento ressalva que alguns setores industriais não consideraram, nas contas, o custo de investimentos indiretos para aumentar a disponibilidade de energia limpa e de infraestrutura. "Assim, esse valor potencial

poderá ser significativamente maior, mesmo porque ainda existe a necessidade de melhor refinamento dos números destinados aos investimentos setoriais em mitigação”, afirma o documento lido pela reportagem.

A CNI defende subsídios para a incorporação de novas tecnologias nos segmentos industriais onde a redução das emissões de gases de efeito estufa é mais difícil. “Apesar das várias possibilidades de financiamento, ainda existem barreiras no cenário nacional para sua efetivação, como as dificuldades de acesso. Além disso, a indústria hard to abate [como petróleo e aço] precisará de implementação de tecnologias subsidiadas, como têm sido as políticas de descarbonização nas maiores economias do globo”, afirma o estudo produzido pela entidade.

“É imperativo que o governo desempenhe um papel ativo no financiamento dessa transição profunda. Isso pode ser feito por meio de uma participação ativa do BNDES no papel de financiador da transição, da criação de fundos públicos específicos, da facilitação do acesso ao crédito e da formação de parcerias público-privadas”, diz o estudo.

A entidade defende, no texto, a criação de um mercado de carbono no Brasil e de “offsets florestais” - a possibilidade de empresas compensarem parte de suas emissões financiando reflorestamento e outras atividades que retirem carbono da atmosfera.

“Em um cenário de abundância e baixo custo desses offsets no Brasil, a indústria pode efetivamente reduzir sua pegada de carbono e se alinhar às metas climáticas globais de uma maneira economicamente viável. Essa estratégia, quando bem implementada, representa uma solução eficaz e custo-efetiva que beneficia não apenas a indústria e a economia, mas também a biodiversidade e a comunidade local”, afirma a entidade.

A CNI recomenda, no documento, “criar marcos regulatórios modernos e harmonizados, principalmente no que tange à estratégia de longo prazo e as medidas necessárias para a descarbonização da indústria”.

Também fala em “criar condições e regulação apropriada para redução dos riscos do setor financeiro frente ao financiamento climático (exemplo dos mecanismos de garantia), assim como destravar e/ou facilitar o acesso a financiamento, capital e recursos alternativos” e “incentivar instrumentos financeiros e fiscais, como tarifas feed-in, empréstimos, títulos verdes e classificações e padrões do mercado de títulos, incluindo padrões ESG”, entre outros pontos.

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP
Data: 04/12/2023

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PRORROGA ARRENDAMENTO DE ECOPORTO POR 180 DIAS

Por Allan Ravagnani, Valor — São Paulo



— Foto: Anna Carolina Negri/Valor

A Ecorodovias informou que a Autoridade Portuária de Santos manteve a vigência do contrato de arrendamento do Ecoporto Santos por mais 180 dias, de forma a permitir que a proposta do plano de investimentos da companhia para o ativo possa ser analisada de forma adequada.

A manutenção da vigência do arrendamento não interfere nos direitos e obrigações do Ecoporto Santos, que se mantêm inalterados para a exploração da instalação portuária abrangendo áreas de 136,4 mil metros quadrados, localizadas na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/12/2023

EDGE JÁ APORTOU US\$ 550 MILHÕES NO BRASIL

Estatual árabe chegou ao país em março e valor inclui investimentos, aquisições e encomendas

Por Cristian Favaro — De São Paulo



Torres, CFO: “O interesse no Brasil é puxado pelas tecnologias que se vê no país” — Foto: Divulgação

Os Emirados Árabes Unidos já desembolsaram US\$ 550 milhões em projetos ligados ao setor de defesa no Brasil desde março, quando o Edge Group, estatal de defesa e tecnologia do país, pousou em território brasileiro.

O valor inclui capex, aquisições e pedidos já firmados pelo governo daquele país de um modelo de míssil em desenvolvimento pela Marinha do Brasil e SIATT - sigla para Sistemas Integrados de Alto Teor Tecnológico, empresa brasileira na qual a Edge detém hoje 50% do capital.

Amparada pela Edge, a SIATT venceu, no começo de novembro, a concorrência para um projeto-piloto que vai fornecer tecnologia de comunicação e vigilância para a infraestrutura costeira do Brasil. Conhecido como ‘Sistema de Gerenciamento da Amazonia Azul’

(Sisgaaz), o projeto dará suporte ao programa brasileiro de proteção marítima ‘Amazonia Azul’, que abrange toda a área costeira do Brasil, o equivalente a cerca de 5,7 milhões de km².

“O interesse da Edge no Brasil é puxado principalmente pelas tecnologias que a gente vê no país”, disse Rodrigo Torres, CFO do grupo, ao Valor. Ele lembra que o Brasil conseguiu destaque global em segmentos como a aviação (com a Embraer), além de o país dispor de boa cadeia de fornecimento no setor de defesa.

A Edge aportou US\$ 120 milhões para tocar, junto com a Marinha do Brasil, projeto para um míssil antinavio (Mansuper) de longo alcance. Hoje, a Marinha já tem tecnologia de até 70 km, mas a ideia é unir esforços e acelerar o desenvolvimento do novo modelo capaz de alcançar um alvo em até 200 km e competir com o Exocet, fabricado pela francesa MBDA.

O desenvolvimento conjunto vai ser tocado pela SIATT e, após concluído, a propriedade intelectual será compartilhada entre a Marinha do Brasil e os Emirados Árabes. A estimativa é que o novo míssil fique pronto em até dois anos. Os Emirados já assinaram uma ordem de US\$ 350 milhões do novo projétil, a Marinha do Brasil fez pedido de US\$ 160 milhões e um país da África - cujo nome ainda não foi divulgado - avança com pedido de US\$ 180 milhões.

Mesmo vendo oportunidades no Brasil, o executivo reconhece que o cenário de aportes em defesa por aqui é “volátil”. “Não se trata de um orçamento pequeno (em 2023 representou cerca de 1,3% do PIB e há um projeto de lei quer levar a um piso de 2%), mas ele fica mais limitado a pessoal”, disse, destacando que projetos em infraestrutura e defesa acabam sendo espaçados. “Mesmo assim, o Brasil é capaz de desenvolver tecnologias que muitos países não têm (em defesa)”.

O executivo apontou ainda conversas com governos estaduais no Rio e, mais adiantadas, em São Paulo para usar as tecnologias do grupo na área de segurança pública. A ideia é trazer, por exemplo, uma inteligência às câmeras - que poderiam identificar sozinhas um carro roubado, por exemplo.

“O Brasil é capaz de desenvolver tecnologias que muitos países não têm (na área de defesa)”
— Rodrigo Torres

Fundada em novembro de 2019, a Edge surgiu da busca por mais soberania por parte dos Emirados Árabes diante de um universo de defesa atualmente dominado pelos EUA e Europa - e que, ante a baixa concorrência, cobram preços salgados.

Hoje, o grupo tem uma carteira de pedidos anual de US\$ 5 bilhões, sendo 35% em exportações. “O primeiro foco hoje da empresa é soberania e depois vem a internacionalização”, disse. A operação se concentra na América Latina, África e sul da Ásia. Nos últimos 12 meses, a empresa fez nove aquisições fora do seu país de origem - a parcela não controladora na SIATT foi uma delas.

Voltando à mais recente empreitada no Brasil - o projeto-piloto de tecnologia de comunicação a ser tocado pela SIATT - a empresa destaca que o objetivo é monitorar e proteger todas as áreas marítimas de interesse e águas interiores, incluindo recursos marinhos vivos, portos, embarcações e infraestrutura marítima.

“Sempre que se fala em defesa, as pessoas pensam em ataques de outro país, mas não. A costa é atacada diariamente por pesqueiros não autorizados, piratas...”, disse.

A primeira torre de comunicações será instalada nos próximos meses em Arraial do Cabo, a leste do Rio de Janeiro. A SIATT venceu a concorrência contra concorrentes importantes do setor, como a italiana Leonardo, a israelense Elbit e a própria Embraer Defesa. “Essa foi uma sinalização de confiança no nosso trabalho”, disse.

A chamada Amazônia Azul se estende por 200 milhas náuticas a partir da costa e possivelmente chegará até a Plataforma Continental. A área abriga 95% das importações e exportações do Brasil e 95% de sua produção de petróleo doméstica.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/12/2023

ARGENTINA FICA COM MENOR FATIA HISTÓRICA DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA EM NOVEMBRO

Os argentinos absorveram, em novembro, 3,5% das exportações brasileiras, o menor nível para o mês desde que o levantamento é feito pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do

Por Marta Watanabe, Valor — São Paulo



Porto de Buenos Aires, Argentina — Foto: Divulgação / Puerto de Buenos Aires

Em meio a intensa crise cambial e com falta de divisas, a Argentina ficou, em novembro, com a menor fatia da exportação brasileira para o mês em toda a série histórica desde 1997. Nos embarques brasileiros do mês, também

ficou em quarto lugar no ranking, um degrau abaixo da terceira posição que sustentou desde 2011. No acumulado de janeiro a novembro, o país se mantém na tradicional posição de terceiro maior destino externo das vendas brasileiras.

Os argentinos absorveram, em novembro, 3,5% das exportações brasileiras, o menor nível para o mês desde que o levantamento é feito pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). A Argentina foi ultrapassada em novembro pela Holanda, que ficou com fatia de 5,19%.

O segundo menor nível de compras pela Argentina de produtos brasileiros em novembro foi em 2019, quando o país vizinho ficou com parcela de 3,96%. Em novembro do ano passado foram 4,31%.

De acordo com dados da Secex, a Argentina ficou entre os dez países com maiores quedas como destino das exportações brasileiras no último mês. Os embarques aos argentinos caíram 18,3% em relação a novembro do ano passado.

No acumulado até novembro, os argentinos se mantêm como o terceiro maior destino de bens exportados pelo Brasil, com fatia de 5,11%. A China continua em primeiro, com 30,7% e os Estados Unidos em segundo, com 10,75%. A Holanda, vem em quarto, com 3,6%.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 04/12/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MODEC CONTRATA SEATRIUM FABRICAÇÃO DE MÓDULOS TOPSIDE DE FPSO EM ANGRA DOS REIS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 04/12/2023 - 16:57



Estaleiro BrasFELS (BrasFELS); Fonte: Seatrium

O Estaleiro BrasFELS, membro da Seatrium Limited, com sede em Cingapura, antiga Sembcorp Marine Ltd antes da fusão com a Keppel Offshore & Marine Limited, ganhou um contrato com a Offshore Frontier Solutions Pte. Ltd., empresa do Grupo Modec.

A obra é para construir partes da fabricação de módulos topside de uma embarcação flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) para um projeto de gás e condensado do pré-sal operado pela Equinor no Brasil.

De acordo com a Seatrium, a fabricação dos módulos topside do FPSO é para o projeto Raia, operado pela Equinor em nome do consórcio, e marca a oitava colaboração de projeto entre BrasFELS e Modec.

O escopo de trabalho do FPSO compreende a fabricação de três módulos: unidade de recuperação de vapor/flare knockout (VRU/ FLARE KO), separação e estabilização de óleo, e circulação da linha de fluxo e sistemas de medição e utilidades. O projeto será executado pelo estaleiro BrasFELS da Seatrium, localizado em Angra dos Reis (RJ), e tem início previsto para o primeiro trimestre de 2024.

Quando concluído, o FPSO terá capacidade para processar 126 mil barris de petróleo por dia (bopd) e 16 milhões de metros cúbicos de gás por dia, com capacidade de armazenamento de dois milhões de barris de petróleo bruto. Este FPSO será implantado na gigantesca área do pré-sal na parte sul da Bacia de Campos, a aproximadamente 200 quilômetros da costa do Rio de Janeiro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/12/2023

PETROBRAS CONTRATA PXGEO PARA MAIS UM TRABALHO DE PESQUISA NO BRASIL

Da Redação OFFSHORE 04/12/2023 - 16:52



Ilustração - Fonte: PXGEO

O player de serviços geofísicos marinhos PXGEO ganhou um novo contrato com a Petrobras para pesquisa 4D de nós de fundo oceânico (OBN).

Este levantamento deverá ser adquirido em lâminas d'água de até 2.200 m com duração aproximada de sete meses.

Segundo a PXGEO, o levantamento 4D OBN será realizado na Bacia de Santos, na costa do Brasil. Isso ocorre meses depois que a empresa garantiu um levantamento 3D OBN na Bacia de Campos em lâmina d'água de 2.300 metros.

A empresa também conquistou em março de 2023 contrato com o consórcio Sépia para realização de levantamento OBN na Bacia de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/12/2023

HIDROVIAS DO BRASIL É RECONHECIDA COMO EMPRESA PRÓ-ÉTICA

Da Redação NAVEGAÇÃO 04/12/2023 - 16:50



A distinção é uma iniciativa do Instituto Ethos em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU)

A Hidrovias do Brasil, empresa de soluções logísticas integradas, acaba de ser reconhecida com o Selo Pró-Ética 2022-2023, iniciativa do Instituto Ethos em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), que busca promover um ambiente corporativo mais íntegro e transparente nas organizações. Reconhecido como um dos selos mais relevantes de compliance no Brasil, a conquista reforça o compromisso da companhia com a excelência na implementação de

medidas eficazes para prevenção, detecção e remediação de práticas de fraude e corrupção.

"Essa conquista consolida a posição da companhia como uma referência em ética corporativa e reitera o pilar de Ética e Transparência presente no Compromisso Sustentável da empresa", exulta a empresa em nota.

PUBLICIDADE

No Paraguai, onde também há operações, a organização também possui o Sello Integridad 2022-2024.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/12/2023

ARTIGO - DESENVOLVIMENTO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE EXIGE LEGISLAÇÃO MODERNA

Por Ivan Cruz Ivan Cruz é gerente sênior de Relacionamento com a Indústria da Subsea7



Em uma entrevista no início do ano, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, declarou que o Brasil pode ter o maior programa de energia limpa e renovável do planeta. E, quando falamos em renováveis, a energia eólica offshore está no centro do debate. Uma indústria em plena expansão, com potencial significativo para contribuir para os esforços globais de descarbonização, a energia eólica offshore tem no Brasil potencial de 800 GW divididos pela sua costa e 189 GW de projetos já em fase de licenciamento no Ibama. No entanto, o seu desenvolvimento ainda é lento, reflexo de fatores como custos elevados e incerteza regulatória.

Hoje, um dos principais desafios enfrentados pela indústria eólica offshore no país é o risco de uma interpretação rígida das regras de transporte aquaviário, originalmente criadas para regular as atividades de transporte, como cabotagem e apoio marítimo. Conforme estabelecido pela lei 9.432/1997, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Transporte Aquaviário (PRÉ-REB) e o Registro Especial Brasileiro (REB) são iniciativas atribuídas à indústria naval que integram um conjunto de medidas de fomento de interesse nacional, a fim de conferir competitividade aos estaleiros brasileiros na construção e na reforma de embarcações frente às empresas estrangeiras do mesmo setor.

Prevista na mesma legislação, a preferência pela bandeira nacional no segmento denominado “apoio marítimo” também busca estimular a nacionalização e o crescimento da construção naval brasileira. Os resultados positivos dessa abordagem são observados, em particular, nos segmentos de embarcações mais simples, dedicadas a atividades de apoio logístico, cuja escala justificou investimentos que garantem a competitividade do país em relação às embarcações estrangeiras, mas, com o crescimento dos setores de óleo e gás e de energias renováveis — especialmente a eólica offshore —, essas regras já necessitam de ajustes.

Armadilhas do protecionismo

Países que já tiveram e ainda têm regras protecionistas semelhantes às brasileiras sofreram impactos negativos e perdas financeiras em operações de óleo e gás. Nos Estados Unidos (que já flexibilizaram suas regras), o parque eólico offshore de Vineyard ilustra bem essa situação. Localizado na costa de Massachusetts, o projeto conta com uma capacidade de 800 MW e custo total de US\$ 2,8 bilhões. A restrição à operação de navios com bandeiras estrangeiras acrescentou US\$ 100 milhões ao valor final do empreendimento, além de ter gerado atrasos na operação, já que os promotores tiveram que esperar a disponibilidade de navios com bandeira norte-americana. Em Taiwan, leis semelhantes levaram a um aumento no custo dos projetos eólicos offshore. No Japão, empreendimentos do mesmo segmento sofreram atrasos no seu desenvolvimento.

No Brasil, o protecionismo na indústria naval resulta em custos adicionais de 10% a 15% em taxas diárias nas embarcações estrangeiras especializadas que passam a arvorar bandeira brasileira (REB), para afastarem o risco jurídico de perda de contratos por bloqueio de embarcação brasileira. Para grandes projetos de engenharia e construção submarina, que viabilizam o escoamento da produção dos campos dos poços para as plataformas, há o risco de atrasos na execução e de grandes prejuízos econômicos, o que pode inviabilizar esses empreendimentos e afastar potenciais investimentos.

Geração de novos empregos e novos negócios

Há grande potencial para geração eólica offshore no país — aliás também de outras fontes de energia offshore. Antes, porém, é preciso garantir a competitividade e a segurança jurídica para os investidores por meio de uma legislação moderna. É essencial sensibilizar a sociedade e o governo para a flexibilização e atualização das regras, a fim de garantir o desenvolvimento da indústria local a médio e longo prazos. Por conta de legislação rígida, as instalações offshore fixas em vários países estão em risco devido à falta de embarcações de instalações especializadas.

Independentemente das suas bandeiras, esses navios criam uma espécie de fator multiplicador sobre a frota e a cadeia de abastecimento locais, ajudando a desenvolver a indústria, gerando empregos e, no fim, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país. Em grandes

projetos de engenharia e construção submarina, três embarcações especializadas geram trabalho para 90 embarcações de apoio, proporcionando benefícios significativos em termos de escala.

No caso brasileiro, há necessidade de experiência e altos investimentos para que nossos estaleiros construam embarcações tão especializadas, com valores e prazos competitivos. Uma alternativa é aumentar o conteúdo local, identificando áreas-chave nas quais o país tem potencial para entregar de forma competitiva (fabricante de equipamentos, fabricação de fundações, profissionais qualificados, pátios de triagem), usando sempre como base a experiência bem-sucedida de outras nações. A proteção da indústria local em excesso pode tirar empresas e setores do jogo global, gerando desemprego e enfraquecendo a economia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/12/2023

CHEGADA DA PLATAFORMA P-32 MOBILIZA PORTO E ESTALEIRO NO RIO GRANDE

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 04/12/2023 - 16:32

Uma operação complexa vai movimentar a região do Porto de Rio Grande nesta semana. Dezenas de profissionais de diferentes órgãos e empresas participarão do processo para a chegada da plataforma P-32, que chegará até sexta-feira (8) ao Estaleiro Rio Grande, onde será desmontada.



O trabalho envolve mais de dois meses de preparação para que a embarcação, que tem mais de 40 mil toneladas, desloque-se em segurança até o dique do estaleiro. Os esforços unem a Portos RS, Marinha do Brasil, Praticagem da Barra e diversas empresas.

"É um dos movimentos mais complexos que já tivemos na região. Inclusive o acesso ao canal do Porto de Rio Grande ficará interrompido por algumas horas. Estamos tomando todas as medidas para que a operação seja concluída com máxima segurança", destacou o gerente de planejamento e

desenvolvimento da Portos RS, Fernando Estima.

Entre 50 e 70 pessoas estarão envolvidas no deslocamento da P-32, entre profissionais de praticagem e equipes de solo. Para a chegada da plataforma, foram implementadas medidas como o monitoramento em tempo real da correnteza oriunda da Lagoa dos Patos.

A embarcação chega ao estaleiro Rio Grande para ser totalmente desmontada, sendo a maior unidade marítima a passar por esse processo no país. A plataforma foi adquirida pela Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, que contratou a Ecovix, proprietária do estaleiro, para a desmontagem.

No trabalho, que levará cerca de um ano, a sucata metálica será utilizada como matéria-prima pela Gerdau para produção de aço em suas usinas de Charqueadas (RS) e Sapucaia do Sul (RS). Outros materiais serão enviados para descarte seguro, com praticamente 100% da unidade sendo reciclada, em um processo ambientalmente responsável. Mais de 200 vagas de emprego serão geradas com a operação.

"É um enorme avanço para toda a região, que se coloca numa condição ímpar no setor naval, contribuindo com a geração de empregos, renda e colocando Rio Grande como referência na destinação sustentável de plataformas", enfatizou Estima.

Além da P-32, a plataforma P-33 também será desmontada no estaleiro. O resultado do leilão foi anunciado no dia 1º, com a Gerdau como vencedora do certame. A embarcação deve chegar em meados de 2024 e, assim como na P-32, o processo levará cerca de um ano, com a geração de 200 empregos. "São notícias muito positivas, que dão um novo impulso ao Polo Naval do Rio Grande,

trazendo ótimas perspectivas para toda a região", comemorou o prefeito do Rio Grande, Fábio Branco.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/12/2023

ARTIGO - PERSPECTIVAS 2024

Por Leandro Barreto *Leandro Carelli Barreto é sócio da Solve Shipping Intelligence*



É fato que empresas dos mais variados setores buscam cada dia mais “antecipar o futuro”, visando calibrar suas estratégias e, sobretudo, seus investimentos. Mas também é fato que as diversas rupturas de mercado vividas nos últimos anos têm colocado à prova as outrora bem sucedidas modelagens de dados baseadas em séries históricas.

“O mundo está mudando a uma velocidade espantosa”, afirmou Tom Standage – Editor da The Economist, num recente editorial onde destaca: “Da situação no Oriente Médio à adoção de veículos elétricos e ao tratamento

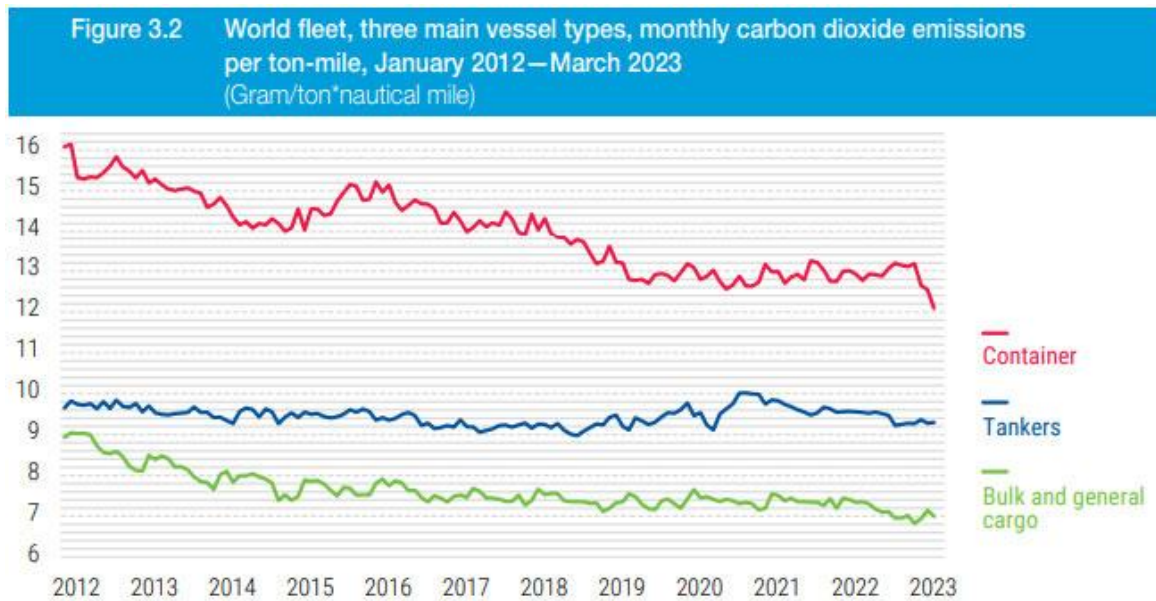
da obesidade, as coisas parecem muito diferentes do que eram há apenas um ou dois anos”. O autor ainda sugere outras possíveis disrupções que estão no horizonte da humanidade:

- **Eleições:** Em 2024 haverá pela primeira vez em todo o mundo mais de 70 eleições em países onde vivem cerca de 4,2 bilhões de pessoas (mais de metade da população mundial), que deverá demonstrar a vitalidade das democracias. Notadamente o resultado das próximas eleições nos EUA podem ter desdobramentos globais que vão desde a política climática ao apoio militar à Ucrânia e a proteção de Taiwan contra as investidas chinesas;
- **Turbulência no Médio Oriente:** Tornar-se-á num conflito regional mais amplo – podendo levar a um novo fechamento do canal de Suez – ou oferecerá uma nova oportunidade para a paz?
- **Potências mundiais desordenadas:** O plano dos EUA de expandir relações na Ásia e de se concentrar mais na sua rivalidade com a China descarrilou com a guerra na Ucrânia e agora em Gaza. A Rússia também está distraída e perdendo influência. A medida que o crescimento da China abrandar, as tensões aumentam em torno de Taiwan e os EUA continuam limitando o acesso chinês a algumas tecnologias, endurecendo a retórica de uma “nova guerra fria”. Mas as empresas ocidentais que tentam reduzir a dependência das suas cadeias de abastecimento da China por meio do near-shoring/re-shoring têm achado muito mais fácil falar do que fazer;
- **Nova geografia energética:** A transição para as energias limpas deve criar novas superpotências verdes e redesenhar o mapa dos recursos energéticos. O lítio, o cobre, o níquel e o hidrogênio estão rapidamente ganhando relevância, em detrimento do petróleo e do gás. Vale contudo observar eleitores que estão sendo “convencidos” de que as políticas favoráveis ao clima são uma conspiração da elite contra as pessoas “comuns”;
- **Incertezas econômicas:** As economias ocidentais tiveram um desempenho melhor do que o esperado em 2023, mas ainda não estão fora de perigo, e a permanência das taxas de juros “mais altas, durante mais tempo” poderá ser dolorosa tanto para as empresas como para os consumidores, mesmo que as recessões sejam evitadas. Na China pode haver deflação;
- **Inteligência Artificial:** Usos e abusos inesperados continuarão surgindo e, portanto, o debate sobre a regulamentação deve crescer;

Claro que todas essas possíveis disrupções no horizonte poderão impactar de diferentes maneiras e intensidades o transporte marítimo internacional, sobretudo pelo lado dos custos e da demanda.

Contudo, pelo lado da oferta, a cada dia mais presente descarbonização do transporte marítimo – marcada pela entrada em vigor do IMO 2023 – pode se tornar a maior aliada dos armadores na gestão de suas capacidades, com desdobramentos relevantes tanto sobre os fretes marítimos quanto sobre as tarifas de bunker e os “transit times”. Explico isso melhor adiante!

Em seu último Maritime Review a UNCTAD demonstrou que, embora os navios porta-contêineres venham reportando uma queda consistente nas emissões de CO2 desde 2012 – basicamente em virtude do crescimento do tamanho e da desaceleração dos navios –, suas emissões por tonelada/milha transportada ainda representam o dobro dos navios graneleiros e cerca de 30% acima dos navios tanque.



Source: UNCTAD, based on data provided by Marine Benchmark, July 2023.

Ou seja, a pressão da IMO 2023 (redução das emissões por tonelada/milha) será ainda maior sobre os armadores de contêiner e, mesmo que exista uma projeção de crescimento da oferta de capacidade muito acima da demanda em 2024 – conforme demonstrado no gráfico seguinte –, essa nova regulamentação pode “embaralhar” as projeções de frete para o próximo ano.



O ponto é que, para atingir as novas metas de emissões sem ter que trocar/adaptar suas frotas para combustíveis verdes (que ainda não surgiram em escala suficiente para substituir o petróleo), num

primeiro momento os armadores precisarão sucatear navios antigos, desacelerar navios ineficientes e cancelar viagens com “pouca carga” (os famosos blank sailings). Ou seja, todas iniciativas que poderão consumir boa parte desse “overcapacity” inicialmente previsto para de 2024 (oferta 2024: +9,3% versus demanda 2024: 2,2%, conforme demonstrado no gráfico).

De acordo com a Alphaliner, atualmente a frota de navios com mais de 20 anos (portanto candidatos ao sucateamento) representa cerca de 11,5% da capacidade do mercado, enquanto estimativas da Drewry apontam que uma desaceleração de 10% na velocidade dos navios demandaria um incremento de outros 10% da frota mundial.

Em outras palavras, para além das questões econômicas globais (PIB, consumo, emprego, renda, câmbio, juros, inflação etc.) e dos fundamentos do transporte marítimo (oferta x demanda, afretamento, combustível, orderbook etc), que desde sempre impactam e a rentabilidade dos armadores, não há dúvidas de que as questões climáticas, tecnológicas, geopolíticas e, especialmente, os desdobramentos da descarbonização (sucateamento, slow steaming, Iddle fleet etc) deverão impactar diretamente os fretes em 2024. E não há série histórica que possa retratar isso!

Ainda assim, diante das quedas nos fretes – e dos resultados ruins dos armadores – observadas nos últimos meses (algumas rotas com níveis de frete já abaixo dos da pré-pandemia), talvez seja possível estimar que a elasticidade dos fretes para baixo é certamente menor do que a elasticidade dos fretes para cima.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/12/2023

CEOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO PEDEM O FIM DE ENCOMENDAS DE NAVIOS MOVIDOS A COMBUSTÍVEL CONVENCIONAL

Da Redação NAVEGAÇÃO 03/12/2023 - 17:10



Os CEO de cinco principais companhias marítimas emitiram uma declaração conjunta na COP28, apelando ao fim das encomendas de navios movidos a combustível convencional.

Os executivos pediram que fosse estabelecido um prazo além do qual não poderiam ser encomendados mais navios movidos apenas a bunkers convencionais.

Eles também apelam a um mecanismo global de fixação de preços para emissão de GEE.

“É justo que juntos sigamos este caminho rumo ao zero líquido que devemos alcançar até 2050”, disse Soren Toft, CEO da MSC, na declaração.

“O apoio dos governos de todo o mundo será um elemento essencial para alcançar o nosso objetivo comum e entre esses esforços queremos ver o fim da entrega de navios que só podem funcionar com combustíveis fósseis. A MSC apoiou e comprometeu-se totalmente com a descarbonização líquida até 2050, mas sem o apoio total de outras partes interessadas, especialmente dos fornecedores de energia, será extremamente difícil atingir esses objetivos - ninguém pode fazer isto sozinho”, complementou Toft.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/12/2023

PORTO DE FORTALEZA REGISTRA OPERAÇÃO COM TODOS OS BERÇOS OCUPADOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/12/2023 - 17:10



Na última quinta-feira (30), o Porto de Fortaleza registrou atracação em todos os seus berços operacionais, o que não acontecia, desde março. O porto recebeu, no berço 201, o navio "Chemical Sailor", das ilhas Marshall, na Oceania. A embarcação transportava 9.000 toneladas de óleo de palma, usado para a fabricação de produtos alimentícios, como gordura e margarina.

Já no berço 202, o navio "Alhena", das Bahamas, atracou com 29 mil toneladas de óleo lubrificante. No berço 103, está atracado o navio chinês "Yangtze Happinessyangtze", com bandeira de Hong Kong, para movimentar 29.898 toneladas de trigo. No berço 104, o Porto de Fortaleza recebeu o navio "Jay", das Ilhas Marshall, com 44 mil toneladas de coque de petróleo.

No berço 105, o navio noruegues "Star Ismene" movimentou quatro toneladas de carga de projeto. No berço 102, o "Parnaíba I" atracou para rebocar plataforma. No berço 106, em frente ao Terminal Marítimo de Passageiros, 524 turistas e 389 tripulantes desembarcaram do "Azamara Quest". O navio da República de Malta é o terceiro de um total de nove que trarão turistas pelo terminal, na alta estação, que segue, até abril.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/12/2023

ANTAQ RECEBE ESTUDO DE DEMANDA DEFINITIVO PARA FUTURA HIDROVIA BRASIL URUGUAI

Da Redação NAVEGAÇÃO 03/12/2023 - 17:10



Estudo ajudará a embasar projeto de concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos

O governo uruguaio entregou ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, o Estudo de Demanda definitivo para a implantação de um terminal hidroviário para o embarque de cargas agrícolas na futura hidrovia do Mercosul, que ligará Brasil e Uruguai.

O estudo, elaborado por entidades privadas uruguaias, trata da instauração do terminal Tacuari, a ser construído às margens do Rio Taquari, na Lagoa Mirim, no Uruguai. Os dados subsidiarão a análise de demanda ao projeto para instalação e concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos.

Trarão também maior segurança jurídica e aumentarão a qualidade do estudo da concessão da hidrovia binacional. Em setembro deste ano, autoridades brasileiras e uruguaias haviam recebido documentos preliminares de demanda do terminal.

A concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos, também conhecida como hidrovia Brasil-Uruguai, é uma das prioridades da Antaq e está prevista no Plano de Geral de Outorgas (PGO) Hidroviário da agência.

O projeto binacional de transporte hidroviário é constituído por trechos de sete rios e tem extensão total de 1.860 quilômetros. A navegação pelo canal fluvial permitirá o escoamento de cargas pelo Porto de Pelotas, liberando cargas por rotas no Oceano Atlântico.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/12/2023

PETROBRAS RECEBE AUTORIZAÇÃO PARA MUDAR ESTATUTO SOCIAL

Da Redação OFFSHORE 03/12/2023 - 17:10

A Petrobras recebeu autorização da Assembleia Geral Extraordinária para alterar o estatuto social da companhia. As mudanças já aprovadas anteriormente no Conselho de Administração da empresa só poderão entrar em vigor após manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU).

A aprovação, na quinta-feira (30), foi dada por 54,98% dos representantes de ações com direito a voto. A União, como acionista majoritário, teve votos suficientes para garantir as alterações. De acordo com a Petrobras, o objetivo da mudança é atualizar o estatuto “para deixá-lo totalmente alinhado à lei, sem qualquer redução de requisitos legais sobre o tema”.

Entre as modificações está a exclusão do parágrafo segundo do artigo 21, que trata de indicações de membros da administração.

De acordo com a companhia, o texto anterior reproduzia trecho da Lei das Estatais. Alguns dos requisitos da legislação foram considerados inconstitucionais, em decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, em março deste ano.

A liminar do então ministro do STF, que se aposentou em abril, suspendeu os efeitos da Lei das Estatais, norma aprovada em 2016, que proibiu indicações para a diretoria de empresas públicas, de pessoas ligadas diretamente a governos e com ligação direta com partidos políticos.

Na mesma decisão, Lewandowski suspendeu o trecho da lei que impedia ministros de Estado e secretários estaduais e municipais de atuar nas diretorias e nos conselhos de administração de estatais. A decisão se estende também à indicação de pessoas que ainda participam da estrutura decisória de partidos ou que possuem trabalho vinculado às legendas e às campanhas políticas.

Para a Petrobras, a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária não impede que as indicações sejam baseadas na Lei das Estatais. “A redação aprovada fixa que a política de indicações de administradores continuará seguindo os requisitos da Lei das Estatais, independentemente da conclusão da decisão do Supremo.”

O mérito da liminar ainda terá que passar por avaliação do plenário do STF.

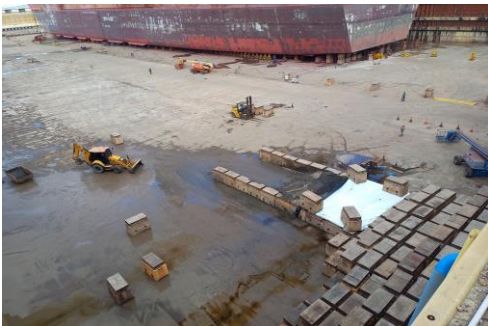
Fonte: Agência Brasil

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2023

FORESEA OBTÉM REAPROVEITAMENTO DE 100% DOS RESÍDUOS GERADOS EM SUAS ATIVIDADES

Da Redação OFFSHORE 03/12/2023 - 17:10



Coleta de resíduos de bioincrustação da limpeza de casco no ERG (Divulgação Foresea)

Meta foi atingida a partir do programa Aterro Zero e receita obtida com o reaproveitamento de resíduos é investida em projetos socioambientais

A Foresea, empresa do segmento de perfuração offshore, acaba de conquistar um feito inédito no mercado de óleo e gás brasileiro ao reaproveitar 100% dos resíduos gerados em suas operações marítimas e terrestres. Com isso, a empresa, que em 2022 já havia conseguido zerar o envio de resíduos para aterros sanitários, estabelece um novo marco de sustentabilidade no setor.

O plano de reduzir a zero o envio de resíduos para aterros sanitários foi traçado em 2019, quando a então Unidade de Negócio de Perfuração que deu origem à empresa adotou o projeto Aterro Zero

como parte de sua estratégia ESG. Desde que essa meta foi alcançada em 2022, o novo desafio passou a ser reaproveitar 100% dos resíduos gerados nas operações da Foresea, usando como referência as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) do Pacto Global da ONU.

“Em 2022 chegamos perto, com 99% de reaproveitamento em mais de 1.835 toneladas de resíduos provenientes de nossas operações, seja por meio de reciclagem ou de coprocessamento. Mas ainda faltava um ajuste fino no processo. Finalmente, em outubro de 2023, atingimos a meta dos 100% de reaproveitamento”, ressalta o COO da Foresea Heitor Gioppo.

Historicamente mais de 50% dos resíduos gerados pela Foresea são reciclados. De janeiro a outubro de 2023, os metais lideraram a categoria de reciclados com 414 toneladas, seguidos pelos plásticos (22 toneladas), papéis (14 toneladas), tetrapaks, baterias, entre outros. Os resíduos contaminados com óleos, graxas e produtos químicos somaram 176 toneladas no período e também respondem por uma parcela relevante na perfuração de poços de petróleo. Esses resíduos são coprocessados e utilizados como combustível alternativo para os fornos de produção de cimento.

Para chegar aos 100% de reaproveitamento foi preciso concentrar esforços nas etapas subsequentes da vida dos resíduos. Isso porque alguns tratamentos feitos por empresas destinadoras não eram considerados reaproveitamento pelos padrões do GRI. Um exemplo era o tratamento de cinzas provenientes de resíduos de incineração. Para vencer essa última barreira, a área de sustentabilidade da Foresea buscou junto com as empresas de destinação de resíduos a possibilidade do reaproveitamento mesmo após processos de tratamento que já são consolidados no mercado.

“Além de atingirmos o nosso objetivo de reduzir o impacto ambiental de nossas atividades, estamos influenciando o mercado de forma positiva e vendo clientes e fornecedores seguirem os mesmos passos. Temos muito orgulho desse marco de 100% de reaproveitamento, que reforça nossas ações socioambientais. Todo o retorno financeiro que temos com o reaproveitamento dos resíduos é reinvestido em nossos projetos socioambientais”, explica o Vice-Presidente de Sustentabilidade Marco Aurélio Fonseca.

As metas do programa Aterro Zero, até chegar aos 100% de reaproveitamento de resíduos, só foram possíveis porque a empresa criou um sistema de sustentabilidade digital. Os dados e planilhas de descarte e reaproveitamento de resíduos de todas as unidades da empresa, em terra e no mar, passaram a integrar um dashboard único, alimentado permanentemente e atualizado quase em tempo real.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/12/2023

PORTO DE SUAPE DÁ INÍCIO À ÚLTIMA ETAPA DA DRAGAGEM DO CANAL EXTERNO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/12/2023 - 17:10



O serviço será executado pela empresa holandesa Van Oord. A maior draga do mundo do tipo corte e sucção, Willem Van Rubroek, afretada da Jan De Nul, está no porto externo para execução do serviço

O mês de dezembro começa com boas notícias para o crescimento do Porto de Suape, localizado na região metropolitana do Recife. Trata-se do início da última etapa da dragagem do canal externo do atracadouro. O serviço teve início na sexta-feira (1), para aprofundamento de até 20 metros. A ação possibilitará a atracação de embarcações de grande porte com sua capacidade máxima, como navios petroleiros do tipo Suezmax.

“A obra é necessária para garantir um porto de águas profundas, ação que está alinhada com as obras de ampliação da Refinaria Abreu e Lima. A dragagem também é fundamental para

potencializar a operação dos dois terminais de contêineres (o segundo começa a operar em 2026), no sentido de receberem navios com maior capacidade de carga. Mas o mais importante é que estamos totalmente comprometidos com a segurança e o controle ambiental da obra. Vamos usar uma draga, a maior e mais moderna do mundo, detentora de um sistema que provoca o menor impacto possível”, afirma o diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot.

A intervenção autorizada pelo órgão ambiental estadual tem previsão de ser concluída em até cinco meses.

O serviço será executado pela empresa holandesa Van Oord, com pagamento de R\$ 140 milhões em recursos próprios. A maior draga do mundo, afretada da empresa belga Jan De Nul, é do tipo corte e sucção. A "Willem Van Rubroeck" opera pela primeira vez num porto brasileiro. No total, serão removidos, aproximadamente, 1.368.000 metros cúbicos de sedimentos do mar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2023

MULTILOG INAUGURA PORTO SECO EM DIONÍSIO CERQUEIRA (SC)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/12/2023 - 17:10



Empreendimento, que recebeu investimentos de R\$ 50 milhões, alavancará a economia local

A Multilog inaugura no próximo dia 7 de dezembro o novo Porto Seco de Dionísio Cerqueira (SC), unidade alfandegada instalada na divisa com a Argentina e conexão com os demais países do Mercosul. O empreendimento, que recebeu R\$ 50 milhões em investimentos, expandirá as operações da empresa.

O empreendimento será o principal ponto de conexão de Santa Catarina com a Argentina e um dos principais hubs de comércio exterior entre o Brasil e o Mercosul.

O fluxo de cargas da unidade de Dionísio Cerqueira deve ser também impulsionado pela entrada em vigor da Lei 17.762/19, norma estadual que trata dos benefícios fiscais de importação do Mercosul (exceto do Uruguai), para as empresas que realizarão o desembaraço aduaneiro naquela unidade.

O Porto Seco de Dionísio Cerqueira está instalado em um terreno com área total de 175 mil m², dos quais 50 mil m² são destinados a uma área de proteção permanente. Quando atingir a capacidade plena de operação, o porto seco contará com 600 vagas para caminhões, além de um bolsão para outros 100 veículos em espera. A estrutura possui um armazém de 2 mil m², que conta com 128 m² de Câmara Fria em três docas, para as cargas que necessitam de controle de temperatura. Contempla ainda um pátio para cargas perigosas, dois gates de entrada com balanças bidirecionais e outros dois de saída.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2023

BRASIL PRODUZIU 4,5 MILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO EM OUTUBRO

Da Redação OFFSHORE 03/12/2023 - 17:10



A produção total de petróleo e gás natural no país somou 4,502 milhões de barris de óleo equivalente por dia (MMboe/d) em outubro, segundo dados da ANP.

Foram extraídos 3,543 milhões de barris por dia (MMbbl/d) de petróleo, uma redução de 3,5% na comparação com o mês anterior e aumento de 9,2% em relação a outubro de 2022.

A produção de gás natural em outubro foi de 152,51 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/d). Houve queda de 3,5% frente a setembro de 2023 e elevação de 2,5% na comparação com outubro de 2022.

Pré-sal

A produção total (petróleo + gás natural) no pré-sal, em outubro, foi de 3,441 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) e correspondeu a 76,4% da produção brasileira.

Esse número representa uma redução de 4,3% em relação ao mês anterior e um aumento de 9,5% na comparação com o mesmo mês de 2022. Foram produzidos 2,722 milhões de barris diários (bbl/d) de petróleo e 114,23 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d) de gás natural por meio de 148 poços.

Aproveitamento do gás natural

Em outubro, o aproveitamento de gás natural foi de 97,6%. Foram disponibilizados ao mercado 49,35 milhões de m³/d e a queima foi de 3,73 milhões de m³/d. Houve aumento de 11,8%, na queima, em relação ao mês anterior, e de 28,4% na comparação com outubro de 2022.

Origem da produção

Em outubro, os campos marítimos produziram 97,6% do petróleo e 86,2% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 89,28% do total produzido. A produção teve origem em 6.421 poços, sendo 515 marítimos e 5.906 terrestres.

Campos e instalações

No mês de outubro, o campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás, registrando 831,08 mil bbl/d de petróleo e 40,54 milhões de m³/d de gás natural. A instalação com maior produção de petróleo e gás natural foi a FPSO Guanabara na jazida compartilhada de Mero, com 179,752 mil bbl/d de petróleo e 11,56 milhões de m³/d de gás.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2023

SISTEMA DE COMÉRCIO DE EMISSÕES DA UE EM 2024 IMPACTARÁ CUSTOS, SINALIZA A MSC

Da Redação NAVEGAÇÃO 03/12/2023 - 17:10



Em 1º de janeiro de 2024, entra em vigor o Regime de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS) no setor do transporte marítimo. A regulação foi criada pela União Europeia para lidar com as emissões de gases de efeito estufa, como resultado de uma série de propostas legislativas com o objetivo principal de alcançar a neutralidade climática da UE até 2050.

O regime estabelece um limite para as emissões que as empresas de determinadas indústrias produzem, com a exigência de que obtenham licenças que igualem as suas emissões acima do limite no final de cada ano.

O alerta é da MSC, em nota na qual enfatiza que os operadores de navios terão de comprar e devolver licenças de emissão por tonelada de CO₂ emitidas, com impacto sobre os custos.

Todas as emissões dos navios que fazem escala num porto da União Europeia — para viagens dentro da UE (intra-UE) —, bem como 50% das emissões das viagens que começam ou terminam fora da UE — viagens extra-UE — ficarão sujeitas ao regime. O mesmo ocorrerá com as emissões que ocorrem quando os navios são atracados nos portos da UE.

Uma abordagem do regime, em fases, será implementada para a indústria marítima ao longo dos próximos três anos, com 40% do total de emissões verificadas calculadas a partir de 2024, 70% em 2025 e 100% em 2026.

A MSC prevê que como resultado da implementação do regime, os custos operacionais aumentarão para estar em conformidade. "Os clientes contribuirão, portanto, para este custo adicional através de uma sobretaxa manifestada denominada ETS. A sobretaxa será aplicada a todos os contratos spot e longo prazo, existentes e novos. Além disso, dada a abordagem faseada decidida pela UE, esperamos que o custo da conformidade aumente ao longo do tempo, impactando ainda mais os custos operacionais nos próximos três anos", explicita a MSC.

A companhia enfatiza que está comprometida com a descarbonização. "Agora estamos reduzindo nossas emissões de frete para fornecer uma solução de transporte competitiva. O nosso próprio objetivo de zero emissões em toda a frota marítima do MSC é até 2050", finaliza.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2023

AMPORT DEFENDE A IMPLANTAÇÃO DA FERROGÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/12/2023 - 17:10



Sob a expectativa do lançamento do Plano Nacional de Ferrovias, a Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport) defende a continuidade dos estudos e plena operação da EF-170, conhecida como Ferrogão. A entidade considera o tema de grande importância para quem trabalha e vive nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

O Ministério dos Transportes avançou nos debates sobre a EF-170 nos últimos dias, ao anunciar a criação de um canal exclusivo para encaminhamento de sugestões ao Grupo de

Trabalho designado para acompanhar os processos e estudos relacionados à ferrovia. O canal está aberto à toda a comunidade, assegurando plena participação social. "Vimos com bons olhos este avanço, pois é de extrema importância a participação de toda a sociedade civil no processo de desenvolvimento da Ferrogão", disse Flávio Acatauassú, diretor-presidente da Amport.

Segundo a entidade, a ferrovia possibilitará a redução substancial dos custos de logística de transporte ao ligar o município de Sinop, no Mato Grosso, ao Porto de Miritituba, no Pará, promovendo geração de impostos, empregos para a população local e consequente elevação da qualidade de vida e do IDH da região do Arco Amazônico.

"É preciso avançar. O país não pode mais prescindir de uma obra estruturante deste porte, que descarbonizará a cadeia logística utilizada e trará inúmeros benefícios não só para a região, como para toda a economia do país. Defendemos que todos os estudos sejam finalizados e tenham os seus resultados respeitados, mas é fundamental que o processo de implantação da Ferrogão prossiga", disse Acatauassú.

O executivo afirma também que a movimentação de cargas na região é intensa e apresenta crescimento ascendente, sendo fundamental a integração dos modais ferroviário e hidroviário para atender a esta demanda. "No 1º semestre de 2023 já movimentamos 30% a mais que em 2022. E a tendência é que este número continue crescendo. Hoje, temos uma capacidade instalada de 58 milhões de toneladas e temos projeções de expansão de mais de 42 milhões de toneladas nos próximos dez anos. Desta forma, a Ferrogão é peça fundamental para que consigamos escoar a produção do agro, principalmente milho, soja, algodão, açúcar e etanol, bem como para a movimentação de combustíveis, fertilizantes e produtos manufaturados na Zona Franca de Manaus com qualidade e eficiência".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ



Data: 03/12/2023

WILSON SONS CONQUISTA SELO PRÓ-ÉTICA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/12/2023 - 17:10



A Controladoria Geral da União (CGU) e o Instituto Ethos concederam o selo Pró-Ética à Wilson Sons, como reconhecimento ao compromisso da empresa em implementar um Programa de Integridade com medidas efetivas de prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude.

O selo Pró-Ética conta com chancela internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da ONU.

“Essa conquista é motivo de grande orgulho para a Wilson Sons, pois evidencia o mais alto nível de comprometimento com a ética e a integridade, aplicável a todos os colaboradores e fornecedores, contribuindo para o crescimento sustentável dos nossos negócios e geração de valor para nossos stakeholders e para a sociedade brasileira”, celebrou Fernando Salek, CEO da companhia.

O prêmio foi entregue em 30 de novembro a Fernando Deveza e Glaucio Santos, gerentes de Governança, Auditoria e Compliance da companhia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 04/12/2023